

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DEIDVID DE ABREU

**CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS DA JUVENTUDE E A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 05/07/04


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

DEIVID DE ABREU

**CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS DA JUVENTUDE E A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: PROF^a. Ms. ILIANE KOHLER

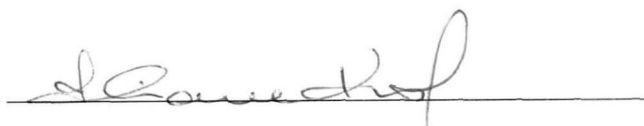
**FLORIANÓPOLIS
2004**

DEIDVID DE ABREU

**CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS DA JUVENTUDE E A
CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DO
SERVIÇO SOCIAL**

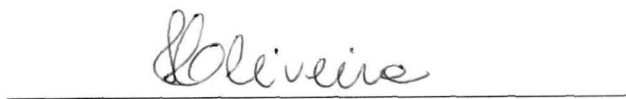
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social** e aprovado, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:



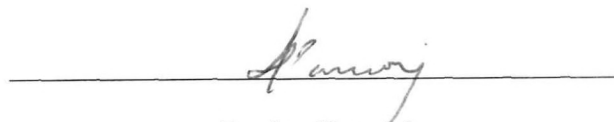
Orientadora: Iliane Kohler

Professora Ms. do Departamento de Serviço Social - UFSC



Heloisa Maria José de Oliveira

Professora Dra. do Departamento de Serviço Social - UFSC



Regina Pancéri

Professora Dra. do Departamento de Serviço Social - UNISUL

**FLORIANÓPOLIS
2004**

Dedico este trabalho a duas pessoas muito especiais, que mesmo nas dificuldades da vida, sempre estiveram ao meu lado e me proporcionaram mais esta vitória: Minha **Mãe** Janilza S. da S. de Abreu e Meu **Pai** Adilson de Abreu, **Amo vocês!!!**

AGRADECIMENTOS

A todos os companheiros *do SESC da Prainha*, onde realizei meu Estágio Curricular e pude conviver com pessoas maravilhosas, especialmente a *Assistente Social Arlei Borges*, e as duas companheiras de estágio: Dayse e Fabi.

A toda a *Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude* pela disponibilidade e apoio na pesquisa.

À *Pastoral da Juventude da Paróquia de Governador Celso Ramos* pelo empenho nas atividades realizadas em conjunto sempre acreditando e lutando pela Juventude.

Às *companheiras do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social – CALISS – Gestão Saudações a quem tem Coragem: Carlinha; Lidi; Fabrícia; Keli, Lori, Dani, Poty, Emiliana, e Gi*, valeu por termos compartilhado os mesmos sentimentos!

A *minha orientadora Iliane Kohler* pelas horas dedicadas e pelo conhecimento compartilhado.

À *Professora Adriana Muller*, pela amizade e troca de saberes.

Aos *Amigos da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis*, pelo apoio, pelos textos, troca de telefonemas e por tudo que construímos juntos!

À *Secretária Arquidiocesana da Pastoral da Juventude: Kreize*, pela amizade e pela competência, te admiro muito!!!

A todos os *idosos do SESC Florianópolis*, com quem convivi durante um ano e meio, mas construí uma vida inteira!

A *minha amiga Telma* pelas horas compartilhadas e pelo apoio na construção deste trabalho.

À *minha grande amiga* Lizandra, que mesmo distante está guardada fundo no coração.

Às *amigas* Evelyn Fontora e Fernanda E. Borba, pelos “papos cabeça”.

Para a *super Mãe* do ano: Leia Mayer.

À *linda sobrinha* Emily, e *minha irmã* Mônica com quem pude trocar idéias e construir saberes, não desista de seus sonhos e vá em frente que você é muito capaz!

À *minha sempre amiga* Alexandra Ávila, pela compreensão e força nas horas difíceis, te adoro!!!

Por fim, a *Deus* pelo Dom da Vida!!!!

É uma utopia, mas não vos deixai intimidar pela idéia de que somos utópicos. Todas as grandes idéias, antes de se realizarem, foram consideradas utópicas.

Boa Ventura de Sousa Santos

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso consiste em discutir e refletir sobre a construção da participação da Juventude no processo de criação dos Conselhos Regional e Municipais de Juventude na 18ª Região São José/SC, trazendo como elementos fundamentais a Democracia e a Participação. Resgata inicialmente acontecimentos e movimentos Juvenis das décadas de 1950 a 1990, trazendo também algumas questões que afetam o cenário Juvenil atual. Reflete sobre as concepções de Juventude e de Conselhos de Políticas e de Direitos. Apresenta elementos reflexivos a partir da pesquisa de campo realizada com a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, que permite visualizar a intervenção profissional do Assistente Social em três ações principais: a de Mobilização e a de Assessoria e Capacitação.

Palavras-chave: Juventude; Conselhos de Políticas e de Direitos; Democracia e Participação; Intervenção Profissional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. JUVENTUDES: CONTEXTO HISTÓRICO	13
1.1 Juventude da década de 1950.....	18
1.2 Juventude da década de 1960.....	21
1.3 Juventude da década de 1970.....	24
1.4 Juventude da década de 1980.....	27
1.5 Juventude da década de 1990.....	30
2. TRABALHANDO CONCEPÇÕES: JUVENTUDES, DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS.....	34
2.1 Juventudes.....	34
2.2 Democracia e Participação Social.....	37
2.3 Conselhos de Políticas e de Direitos.....	42
3. CONTRIBUIÇÕES À REFLEXÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS DA JUVENTUDE.....	47
3.1 Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude: a experiência da 18ª Região São José/SC.....	48
3.2 Procedimentos metodológicos.....	51
3.3 Visualizando os sujeitos na construção das Políticas Públicas.....	54
3.3.1 O Perfil dos Membros da Comissão Provisória do Conselho Regional de juventude.....	54
3.3.2 A participação dos Jovens no contexto da Comissão Provisória do Conselho regional de Juventude.....	56
3.3.3 O Jovem enquanto Sujeito Social	57
3.3.4 Legitimidade desde a base local	61

3.3.5 Limites e possibilidades apresentados pela Comissão Provisória: por uma Política Pública em Santa Catarina de e para Juventude	63
3.3.5.1 Estratégias de ação para a Comissão.....	66
3.3.6 Prioridades no processo de Criação do Conselho Regional de Juventude.....	67
3.3.6.1 Dificuldades no processo de criação do Conselho Regional de Juventude	68
3.3.6.2 Procedimentos e ações necessárias para a criação do Conselho Regional de juventude.....	70
3.3.6.3 Sujeitos fundamentais para a Criação dos Conselhos Municipais de Juventude.....	71
3.3.7 Indicações de Projetos que o Conselho Regional deve priorizar.....	73
4 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS CONSELHOS.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES	94
ANEXOS.....	108

APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo contribuir nas discussões pertinentes a criação dos Conselhos Regional e Municipais de Juventude na 18ª Região – São José/SC, realizando um passeio teórico por diversas questões que circundam esse tema, bem como nos aproximando da realidade Juvenil através do contato direto com os integrantes da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude – sujeitos de pesquisa e responsáveis por pensar a criação destes espaços naquela região.

A experiência junto aos diferentes segmentos juvenis, principalmente com os participantes de grupos da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis – espaço de minha atuação mais freqüente – trouxe a necessidade e, ao mesmo tempo, o interesse de discutir temas relacionados ao mundo jovem. Aliado a este interesse, a motivação assumida diante do Curso de graduação em Serviço Social, no sentido de defesa e garantia dos direitos já positivados a este segmento é o que nos faz trazer em cena a discussão sobre o processo de criação dos Conselhos Regional e Municipais de Juventude.

O interesse especificamente por este tema: **Conselhos de Políticas e de Direitos da Juventude e a construção da Participação: contribuições do Serviço Social** foi construído a partir da participação na Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude onde, através do acompanhamento das atividades, eram suscitadas reflexões “impossíveis” de obter respostas imediatas. Assim, consideramos a necessidade de serem estabelecidas discussões e reflexões acerca destas questões.

A intervenção dos Assistentes Sociais nos Conselhos de Política e de Direitos da Juventude é de fundamental importância para a constituição de um verdadeiro espaço público e democrático, já que é um dos princípios fundamentais do Código de Ética profissional e está voltado para a ampliação, a consolidação e a efetivação da cidadania.

Na busca de reflexões que objetivassem abrir espaços, tanto para que a Juventude participasse mais ativamente do processo de criação dos Conselhos de Juventude quanto à visualização da intervenção do Assistente Social nesta realidade, que buscamos através desta pesquisa esclarecer e trazer em cena minimamente algumas reflexões que neste trabalho se encontram estruturadas da seguinte forma: no Primeiro Capítulo trazemos questões que circundam **o cenário Juvenil contemporâneo** e em seguida retornamos às décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990 enfatizando acontecimentos e movimentos Juvenis de cada uma destas décadas, contribuindo para a ampliação da visão sobre a concepção de Juventude. No Segundo Capítulo, trabalhamos quatro concepções que, em nosso entender, são necessários para a discussão do referido tema, a saber: **Juventudes, Conselhos de Políticas e de Direitos, Democracia e Participação**. No Terceiro Capítulo, relatamos o processo de criação da Comissão Provisória para na seqüência visualizar a análise dos dados da pesquisa de campo. No Quarto Capítulo, discutimos a intervenção do Assistente Social nos Conselhos de Juventude enfatizando três de suas ações dentro desses espaços: ação de mobilização, de assessoria e capacitação. Por fim, sintetizamos a discussão apresentada ao passo em que traçamos algumas considerações finais.

1 JUVENTUDES: CONTEXTO HISTÓRICO

A sociedade Brasileira vem conhecendo profundas transformações econômicas sociais e políticas nas últimas décadas. Conforme Adorno (2002, p.11) “[...] a Constituição de 1988 que pôs fim a mais de vinte anos de regime autoritário consagrou liberdades civis e políticas, bem como estendeu o leque dos direitos sociais”. De acordo com o autor, embora tenhamos tido um avanço com a Constituição de 1988, os padrões de concentração de riqueza e de desigualdade social permanecem os mesmos se compararmos com as últimas quatro décadas.

A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na mesma proporção que a sociedade se tornou mais complexa, diversa e mais densa, ou seja, os conflitos sociais se tornaram mais acentuados. Neste contexto, a sociedade Brasileira vem conhecendo um crescimento das taxas de violência, nas suas mais distintas modalidades conforme salienta Adorno (2002, p.11) “[...] crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações de direitos humanos, explosão de conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas”.

Observadas estas questões, realizaremos na seqüência uma breve descrição das principais questões que afetam a Juventude brasileira dentro do contexto atual.

Segundo dados do IBGE (2000) 33 milhões de pessoas, correspondendo cerca de 20% da população constituem o seguimento juvenil brasileiro de 15 a 24 anos. O relatório divulgado pelo Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) informa que comparado com todos os países do mundo o Brasil é o quinto país do mundo com o maior percentual de jovens em sua população. Mas, como vive a Juventude Brasileira? De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE (2001), a Juventude brasileira encontra grandes barreiras com relação ao mercado de

trabalho, chegando ao montante de 3,7 milhões de desempregados, constituindo 47% dos desempregados de todo o país. Isso configura um acúmulo na taxa de desemprego aberto para os jovens de 18%, bastante diferente da média brasileira que chega aos 9,4%¹. É importante observar que dos 33 milhões de jovens, 17 milhões não estudavam, projetando um percentual de mais de 50% de jovens fora da escola ou das universidades.

Pochmann (2000, p.55) afirma que o crescimento do desemprego juvenil no Brasil é decorrente de um novo modelo econômico do país: inserção externa competitiva que propagou a desestruturação do mercado de trabalho. O autor aponta que durante a década de 1980, o desemprego juvenil situou-se entre 4% e 8% da População Economicamente Ativa (PEA) com idade entre 10 e 24 anos. Nos anos 1990, essa taxa elevou-se para aproximadamente 14% da PEA Juvenil, observados dados de 1997. Isso reflete um aumento de quase três vezes de uma década para outra.

A vulnerabilidade da Juventude fica clara no índice de mortalidade do grupo: “cerca de 70% dos óbitos de jovens na faixa de 15 a 24 anos de idade são por causas externas incluindo homicídios e acidentes de trânsito”². Se os dados para o conjunto da Juventude são alarmantes, devemos considerar ainda que entre os jovens há segmentos em maior situação de vulnerabilidade como: as mulheres, os afro-descendentes, os portadores de deficiência, os índios, os homossexuais e o jovem rural.

A situação social dos jovens pode também ser dimensionada pelo alto grau de prática de atos infracionais. Segundo Carrano (apud Maranhão, 2003, p.58)

¹ Com relação ao Jovem e o Mercado de trabalho, segundo a pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" realizada em 2003 pelo Projeto Juventude/Casa da Cidadania parceria entre SEBRAE e Instituto de Hospitalidade, a percentagem de Jovens desempregados é de 32%, somando os que nunca trabalharam e procuram trabalho e os que já trabalharam e estão desempregados.

² Citado na página de internet do Fundo de População das Nações Unidas/Brasil: www.fnuap.org.br. Acesso em 28 /10/2003.

[...] dos 21 milhões de adolescentes entre 12 e 18 anos, cerca de 30,7 mil cumprem medidas sócio-educativas por terem cometido delitos. E ainda, cerca de 10 mil encontram-se internados em instituições penais para menores de idade.

Técnicos do Ministério da Justiça estimam que os presos entre 18 e 25 anos são cerca de 60% da população carcerária do Brasil, totalizando, segundo informações do Jornal “O GLOBO” de 02/09/2001, um número de 143 mil jovens autores de atos infracionais no país.

Desta forma, o Brasil está vencendo a guerra contra a mortalidade infantil enquanto perde a batalha contra o aumento do assassinato de seus jovens. De 1990 a 2000, os assassinatos envolvendo jovens de 15 a 24 anos nas regiões metropolitanas do Brasil aumentaram 15,7%. A taxa de homicídios nesta faixa cresceu de 150,2 para 173,8 mortes por 100 mil habitantes entre 1996 a 2000³.

A proliferação de armas de fogo e a não regulamentação de seu uso tem tido um papel importante na ampliação da violência no país. Com apenas 2,8% da população mundial, o Brasil responde por cerca de 11% dos homicídios por arma de fogo no mundo. No ano de 2002, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o número de mortes causadas por armas de fogo alcançou a casa dos 40 mil. Em outras palavras, 68% dos homicídios foram cometidos pela utilização de arma de fogo. Um número alarmante e inaceitável para um país que não está em guerra, ou pelo menos ainda não a declarou⁴. Como um exemplo contundente, temos o município do Rio de Janeiro onde as armas de fogo são a primeira causa de morte entre os jovens do sexo masculino (65% das mortes), superando os acidentes de carro, as doenças e as causas naturais⁵.

³ Celso Simões, pesquisador do IBGE. Texto disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em 30/04/2004.

⁴ Carlos Lopes, representante-residente do PUND no Brasil. Texto disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em 30/04/2004.

⁵ Informações obtidas através do site: www.pnud.org.br. Acesso em 30/04/2004.

Pesquisa realizada no Brasil pela UNESCO⁶, publicada através do relatório do desenvolvimento Juvenil 2003, propõe um indicador sintético das condições de vida da Juventude denominado Índice de Desenvolvimento Juvenil – IDJ⁷ – que utiliza critérios semelhantes aos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – adaptando-os de modo a contemplar questões específicas dos jovens⁸. Através desta pesquisa, o Estado de Santa Catarina juntamente com o Distrito Federal ocuparam os primeiros lugares no *ranking* do IDJ. Salientamos, no entanto, que isso não os ausentam de outros problemas, apenas os qualificam como melhores nestes critérios. Como exemplo podemos observar a taxa média de analfabetismo no Brasil que entre os jovens expressa 4,2%, enquanto na realidade Catarinense diminui substancialmente para 1%.

Quanto à participação dos jovens em partidos políticos, os dados do Tribunal Regional Eleitoral – TRE – do Estado de Santa Catarina informam que apenas 6,7% dos 536 mil filiados aos partidos no Estado têm idade até 24 anos, o que soma um total de 36 mil jovens filiados aos diferentes partidos políticos. O Partido Progressista Social – PPS – lidera com 15,39% dos seus filiados com faixa etária entre 15 e 24 anos, seguido pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – que alcança um índice de 9,39%.⁹

Segundo Eisenberg (2002, p.16-17) nas últimas eleições

Foram mais de 2 milhões de eleitores entre 16 e 18 anos, e mais de 22 milhões entre 18 e 25 anos; e poucos foram os que aprenderam o que é democracia na prática, certamente a melhor das escolas possíveis. Ainda

⁶ Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura.

⁷ O IDJ foi integrado pelas seguintes indicadores: educação (taxa de analfabetismo, de jovens que freqüentam o ensino médio em diante e qualidade no ensino); saúde (taxa de mortalidade por causas violentas e de mortalidade por causas internas); e renda, indicada pela renda familiar per capita dos jovens nos estados Brasileiros. Acesso em 30/04/2004, disponível em: www.unesco.org.br.

⁸ Informações disponível no site: www.unesco.org.br. Acesso em 30/04/2004.

⁹ Jefferson Saavedra, acesso em 30/04/2004, disponível em: www.an.uol.com.br

é preciso encontrar meios de suprir essa lacuna e não permitir que ela se torne uma causa da apatia já tão disseminada entre os Brasileiros.

O autor nos informa que temos menos anos de redemocratização do que tivemos de ditadura militar, assim

a nossa jovem democracia gradualmente desponta para a maioria, assim como despontou o enorme contingente de novos (e jovens) eleitores. Precisamos de Instituições maduras em suas virtudes e de cidadãos responsáveis em sua condição. Para tanto, precisamos educar essa juventude para a cidadania, se queremos amadurecer a nossa democracia. (EISENBERG, 2002, p.17).

Segundo Souza (1999) o afastamento dos jovens da política partidária, uma tendência observada desde o início da década de 1980, não significa a desmobilização da Juventude. A autora acredita que existe um ressurgimento da presença juvenil principalmente através dos movimentos internacionalista e antiglobalização. Souza responsabiliza as próprias siglas pela aversão da Juventude às agremiações partidárias e afirma que “os partidos tomam a geração adulta como referencial para suas políticas, se afastando das bases juvenis”¹⁰.

E a relação da Juventude com a democracia e a cidadania, como fica?

Para que essa relação aconteça acreditamos ser necessária a consolidação dos espaços públicos democráticos para que tanto a Juventude quanto a sociedade em geral possam exercer de forma plena os Direitos e a Cidadania. A consolidação desses espaços, em nosso entender, reflete o amadurecimento democrático de um País.

Para tanto, o resgate histórico dos movimentos juvenis é imprescindível. Assim, serão resgatadas cinco décadas – 1950 a 1990 – de acontecimentos gerais vividos pela sociedade Brasileira com ênfase aos movimentos juvenis, suas formas de organização e de

¹⁰ Entrevista concedida a Jefferson Saavedra “Jornal A notícia” em 1999. Disponível em www.an.uol.com.br Acesso em 30/04/2004.

manifestação nos diferentes períodos, para que se possa entender a juventude no período atual.

1. 1 Juventude da década de 1950

Os anos de 1950, chamado de “Anos Dourados”, foram marcados por grandes acontecimentos que envolveram o período pós-guerra. No Brasil, o nacionalismo de Getúlio Vargas cede lugar ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek cujo lema consistia em desenvolver o país “50 anos em 5”. Período que a capital do Brasil é transferida para Brasília constituindo um dos maiores, senão o maior, projeto arquitetônico construído no País (DICK, 2000). Nesta década, tanto a Juventude como os outros segmentos sociais eram influenciados pelo início das transmissões de *tv* no Brasil: a novela de sucesso intitulava-se “O direito de nascer” que provocou lágrimas nacionais, o que já mostrava a sensibilização humana por questões fictícias. Outro meio de comunicação capaz de mobilizar desejos foi o rádio, que possibilitava à população ouvir os dois cantores mais populares da época: Ângela Maria e Cauby Peixoto (CARMO, 2001).

O Teatro brasileiro mostrava-se muito mais voltado para o entretenimento do que para a denuncia social, exemplo: o Teatro Brasileiro de Comédia – TBC¹¹. Além deste, outros grupos entravam em cena como: o Teatro de Arena de São Paulo¹² que surgiu com o

¹¹ Criado em São Paulo em 1948 pelo industrial italiano Franco Zampari, o Teatro Brasileiro de Comédia estava localizado inicialmente na R: Major Diogo e constituía-se apenas em um espaço para abrigar grupos amadores de atores. Com a inviabilidade econômica da iniciativa organizou-se uma companhia profissional que aproveitou os melhores atores desses grupos, aos quais se agregaram outros vindos do Rio de Janeiro. Acesso em: 30/04/2004. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/teatro/tbc/>

propósito de representar a realidade social do Brasil tendo como um dos grandes sucessos da época “Eles não usam black-tie”, peça escrita pelo então jovem ator Gianfrancesco Garnieri e que fora muito apreciada pelo segmento estudantil brasileiro (CARMO, 2001).

Mesmo afirmando que o País respirava cultura e se tornava mais democrático, grandes greves aconteceram neste período em São Paulo. Durante o governo de Vargas, em 1953, a greve – atribuída ao Partido Comunista – assumiu a dimensão de 300 mil pessoas, enquanto em 1957 no governo de JK ampliou-se para uma greve de 400 mil pessoas. Estas manifestações demonstravam o descontentamento de grande parcela da população que sentia na pele a desigualdade social brasileira.

Assim, os anos de 1950 e 1960 estiveram marcados por intensa mobilização social que se expressou no movimento sindical, nas ligas camponesas e em uma ampla reivindicação por “Reformas de Bases”¹³ de cunho democrático, populista e nacionalista (CARVALHO, 1998).

O rock’n’roll, surgido nos anos de 1950 foi um grito musical capaz de ser veículo de descontentamento com um toque de irreverência, que expressava desesperanças e muitas vezes associado à delinqüência juvenil. Segundo Carmo (2001), o rock’n’roll já nasceu atrevido e abusado, e seu nome é originado da união de duas gírias: rock (sacudir) e roll (rolar). A novidade do rock cativava um público jovem que aos poucos fez desse tipo de música a expressão do seu descontentamento e da sua revolta. A juventude era influenciada também pela música que passou a ser chamada de “Juventude Transviada” cuja representação estava nas gangues, roupas, motocicletas e na aparente revolta contra os professores nas salas de aula.

¹² Fundado em São Paulo em 1953 e comandado por José Renato egresso, como outros, da Escola de Arte Dramática, a principal característica do Teatro de Arena foi a de nacionalizar o palco brasileiro, a partir da estréia de “Eles Não Usam Black-tie” em 1958. Acesso em: 30/04/2004. disponível em: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/artecult/teatro/arena/>

¹³ Termo utilizado por Brandão (1998).

Carmo (2001) afirma que o rock, mais do que apenas um gênero, transformou-se em um símbolo que ultrapassou a esfera musical. Com blusões de couro, motos e lambretas, dança, topetes, camisas coloridas, calça rancheira ou ainda o autêntico brim coringa que se estabelecia uma nova forma de comportamento da juventude que, embalada pelo ritmo frenético de Elvis Presley, rompia definitivamente com os padrões da sua época.

Nunca um gênero musical seduziu tantos milhões de jovens como o rock que conseguiu se tornar o agente de uma radical transformação no modo de se vestir, pensar e agir. A Juventude se utilizou o rock e de alguns ídolos da década para transmitir o que sentia, as suas vontades etc. Isso pode ser demonstrado pelas palavras de Raul Seixas

quando Elvis veio com aquele estilo sensual, agressivo, ele quebrou aquele clima denso de machismo. Eu vi nele a liberdade incrível, de sexo, de se mover, sendo homem [...] eu usava o rock como revolta, uma revolta irracional (apud CARMO, 2001, p. 33-34).

A repercussão musical e rebelde do rock chegou ao Brasil e, em São Paulo, preocupou o então Governador Jânio Quadros que solicitou a um juiz de menores a proibição da execução do rock em bailes e nos festejos de carnaval no Rio de Janeiro. Acreditava-se que a música era um estímulo à rebeldia juvenil.

Outro ídolo da juventude da época foi o médico Ernesto Guevara (1928-1967). Guevara, “El Che”, foi um forte símbolo dos sonhos transformadores porque personificava o idealismo igualitário, conquistando muitos jovens universitários de classe média do continente latino-americano, dentre eles os jovens brasileiros. Ele também se tornou um homem perigoso demais para estar em liberdade, pois se contrapunha aos ideais estabelecidos pelos governos capitalistas.

Foi em meio às explosões do rock e seus significados, espelhada em grandes ídolos nacionais e internacionais que se constituiu a Juventude da década de 1950. Nesse

período, principalmente no final da década, que foi fomentado o espírito revolucionário característico da juventude dos anos 1960.

1.2 Juventude da década de 1960

A década de 1960 é sem dúvida a mais considerada quando se fala sobre Juventudes, devido às muitas manifestações ocorridas em todo o mundo nesse período, sobretudo as Juvenis (DICK, 2000).

De acordo com Groppo (2000) o componente diferencial dos anos 1960, reside nos movimentos de contestação musical, sócio-cultural e até política, surgidos dentro do rock e da juventude. Os anos 1960, em sua segunda metade, foram ricos em movimentos sociais e estéticos, de contracultura, movimentos estudantis radicais como: maio de 1968, movimento Hippie, etc.

No Brasil, a década inicia com Jânio Quadros na Presidência da República e com a sua renúncia poucos meses depois. A presidência é assumida por João Goulart que governou no período de 1961 a 1964. Em 1964 Jango é deposto pelo golpe militar, os direitos políticos são suspensos, os mandatos são cassados e muitos políticos, sindicalistas ou trabalhadores identificados com idéias de esquerda foram demitidos, presos ou aposentados (CARMO, 2001).

Nesse período, a Jovem Guarda era a versão nacional da energia rebelde do *rock'n'roll*. Mas, a música era vista como puro entretenimento, feita basicamente para cantarolar e dançar, não pretendia chocar, nem chamar atenção para os problemas do Brasil como: violência, pobreza ou exploração. Para os críticos da esquerda, a Jovem Guarda

constituía-se em um grupo de jovens alienados e submissos à influência maléfica do imperialismo cultural norte-americano.

Além da música, a *tv* também desponta como um grande meio para a comunicação de massa. Ela foi a grande aliada da música em meados da década de 1960 quando da realização dos grandes “Festivais” pela TV Record.

Assim, a *tv* e o automóvel eram os principais objetos de desejos das famílias e, conseqüentemente, dos jovens. Mostra-se aqui a imagem de um novo país que apresentava os símbolos do mercado de consumo mais próximos da sociedade, apesar de que o automóvel ainda era luxo para poucos (CARMO, 2001).

A partir da implantação do Regime Militar e com a repercussão da Guerra do Vietnã que ficou gravada no imaginário do jovem sob diferentes perspectivas, a juventude foi compelida a mostrar seu descontentamento com a situação do país e do mundo, principalmente através da música. Entre as músicas de protesto destaca-se a canção: “Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones” versão de uma canção italiana gravada com sucesso no Brasil pelos Incríveis em 1967 e retomada nos anos 1980 pela banda gaúcha Engenheiros do Hawaii (CARMO, 2001).

O ano de 1968 simbolizou o sonho de transformação social no qual a juventude acreditava poder tornar realidade o sonho de um mundo novo. O mundo parecia estar prestes a explodir como uma caldeira em ebulição. Neste ano, a Juventude brasileira entra em sintonia com o mundo, pois a onda revolucionária fazia parte da agenda dos jovens de todos os continentes, principalmente dos jovens universitários. Estes, no Brasil, correspondiam a aproximadamente 270 mil, o que representava apenas 0,3% da população do país, no entanto exerceram um papel de contraposição significativo diante dos padrões e valores rígidos determinado pelos interesses da sociedade capitalista (CARMO, 2001).

Nesse contexto, algumas datas do ano de 1968 devem ser lembradas:

28 de março – Morte do estudante Edson Luís assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro em uma manifestação contra a Ditadura Militar;

1º de abril – Estudantes saem às ruas armados com paus e pedras, paralisando o centro do Rio de Janeiro ao passo que diziam ter aprendido a agredir com a polícia;

28 de abril – Invasão da polícia militar na Universidade de Brasília, quando a mesma estava ocupada por seus alunos; e

26 de junho – Passeata com 100 mil manifestantes que assustou os militares.

A rebeldia estudantil também se tornara foco de atuação dos partidos políticos que se encontravam na clandestinidade e que percebiam na universidade um virtual celeiro de militantes: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros pequenos grupos como a Ação popular, Trotskistas, Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), entre outros. Estes movimentos, segundo Carmo (2001), pretendiam instaurar o socialismo quando da derrubada da ditadura militar. Rebeldia que contribuiu para o fechamento do Congresso Nacional e para a decretação do Ato Institucional nº 5.

No Brasil, a Juventude lutava tanto contra a ditadura militar quanto contra a reforma educacional que vinha sendo imposta pelo governo militar através de vários acordos como: o Acordo MEC-USAID¹⁴ que visava o aperfeiçoamento do Ensino Primário com a contratação de seis assessores americanos por dois anos.

¹⁴ MEC – Ministério da Educação e Cultura – e USAID – United States Agency International for Development. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>, Acesso em 12/06/04.

1.3 Juventude da década de 1970

A década de 1970, chamada por alguns autores de “anos de ressaca” devido à força dos movimentos e acontecimentos ocorridos na década anterior, foi marcada no Brasil pela conquista do tricampeonato no futebol. De acordo com Dick (2000) o futebol, nesse período, foi a distração nacional colocando de lado a situação social e política na qual vivia o povo brasileiro. Enquanto a população assistia ao futebol, à construção da Transamazônica e à barragem de Itaipú, os militares fechavam o cerco a quem se mostrava contrário as suas ordens. As novelas e os noticiários também criavam imagens irreais com o objetivo de apagar do imaginário brasileiro a idéia de miséria, de atraso econômico e cultural. O Brasil enfrentava uma censura furiosa com 500 filmes, 450 peças, 200 livros, 100 revistas e 500 músicas vetadas pelo Governo (DICK, 2000).

Como consequência da censura, a única forma de saber o que acontecia nos “bastidores” da ditadura era através da comunicação “boca a boca”. Prisões e mortes ocorriam sem que fossem oficialmente revelados os nomes das vítimas. Sem falar dos assassinatos cujo laudo oficial informava suicídio, ou acidentes, como exemplo: a morte do jovem estudante de geologia da USP, Alexandre Vanucchi Leme declarado morto por um caminhão em atropelamento em versão oficial na folha da tarde de São Paulo (CARMO, 2001).

Todos os acontecimentos pareciam ser desconhecidos pelo então Presidente da República Emílio Garrastazu Médice que, em 22 de março de 1973, como estratégia de conter o povo afirmou

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta das greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho (POMPEU apud CARMO, 2001, p.112).

Apesar de muitas músicas censuradas, alguns artistas como Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil através de metáforas rechearam suas músicas com expressões da realidade brasileira, por exemplo: a canção Cálice que retratava, disfarçadamente na letra, a coerção sofrida pela população “Como beber dessa bebida amarga / tragar a dor, engolir a labuta / mesmo calada a boca, resta o peito [...] tanta mentira, tanta força bruta” (CARMO, 2001, p. 112-113). A canção data de 1973, mas só pode ser gravada em 1978.

Além de toda a repressão, o “Milagre Econômico” só beneficiava a classe média que desfrutava da compra de carros, eletrodomésticos, aparelhos de som e aplicava em bolsa de valores. Os jovens, de outro lado, desejavam sair de casa, ser livres e ter uma vida simples, se libertando e esquecendo a sociedade do consumo. Segundo Carmo (2001), bastava o colchão em um canto do quarto, almofadões no lugar do sofá, a geladeira quase sempre vazia, mas a casa sempre cheia de revistas e livros empilhados, bem como não podia faltar o aparelho de som. Eram jovens que sonhavam carregar uma mochila nas costas, pedir caronas, dormir ao relento, acampar nas inúmeras praias desertas, vestir-se fora do convencional, comprar adereços em brechós e feiras hippies. Um exemplo foi a república Hippie na praia de Arempebe na Bahia, muito conhecida por ser uma boa opção para quem desejava sair da cidade e ir para o litoral. No entanto, não eram todos os jovens que tinham essa inquietude, muitos ainda preferiam a TV durante muitas horas do dia, ou a maconha para “viajar” sem sair de casa (CARMO, 2001).

Em 1977 explodiu o movimento punk que só chegaria ao Brasil alguns anos depois. O punk consistia em uma reação contra o otimismo florido e muitas vezes alienado expresso na geração “paz e amor” e seu sonho psicodélico. Carmo (2001) afirma que, enquanto que os hippies originaram-se da classe média e desejavam o retorno ao campo, os punks eram jovens operários ou filhos de operários que cresceram nos subúrbios. Para Bivar (apud CARMO, 2001) o punk não era uma moda louca, mas a pura realidade e, se as

pessoas tinham medo do punk, a culpa era delas porque com certeza não entendiam a vida. O punk procurou romper com o marasmo e fazer acontecer, atuou como desencadeador de grande agitação no cenário comportamental da juventude cujo objetivo consistia em quebrar todas as regras.

Mais tarde surge, no Brasil e em outros países do mundo, a discoteca. Era deixada de lado a estética rebelde dos anos 1960 e a febre do momento consistia no fato de os rapazes usarem roupas impecáveis e correntes de ouro, e as moças vestidos rodados e sapatos de salto alto. Assim, a música disco não tinha a mesma intenção do rock, enquanto que o primeiro girava em torno do sexo e do movimento e balanço dos corpos, o segundo objetivava com suas letras reflexões mais críticas. Para alguns roqueiros, a discoteca era vista como conformismo e não passava de uma "jogada" de pessoas que odiavam o rock (CARMO, 2001).

Uma grande passeata estudantil marca o ano de 1977. Os estudantes saem as ruas, após nove anos sem manifestar publicamente seus ideais, para denunciar a prisão de quatro operários e quatro estudantes que distribuía panfletos alusivos ao dia do trabalho. A carta aberta, distribuída à população nos ajuda a entender o que os estudantes pretendiam:

Hoje, consente quem cala: Basta às prisões. Basta de violências [...] Hoje, não mais suportamos as correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população. É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem e esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: Fim às torturas, prisões e perseguições políticas; libertação imediata dos companheiros presos; anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados políticos. Pelas liberdades democráticas. (CARMO, 2001, p.132).

Surgiam nesta década alguns movimentos sociais importantes, como: o Movimento contra a Carestia, as Associações de Moradores, os Grupos de Mães, as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's – e as Pastorais ligadas à Igreja Católica etc.

Despontavam os movimentos sindicalistas, principalmente os de São Bernardo do Campo/SP que liderado por Luiz Inácio da Silva – o Lula – mostrava seu poder de negociação, chegando a reunir 70 mil metalúrgicos em greve. Em 1978, a partir das discussões do movimento, surge o então considerado partido da classe operária, o Partido dos Trabalhadores – PT (CARVALHO, 1998).

1.4 Juventude da década de 1980

A década de 1980, considerada a “década perdida”, constitui-se em um período de grandes mudanças e transições. A nomenclatura usada para denominar a década de 1980 como “década perdida” poderia ser justificada pela alta inflação e pelo retrocesso econômico vivido no Brasil, mas também com o que alguns autores chamam de “à morte das utopias e o fim das ideologias” ocorrida com o fim do socialismo real no Leste Europeu. Porém, Dick (2000) afirma que os movimentos de organizações da Juventude e da sociedade em geral acabaram por fazer desta década um tempo de vitórias e de nascimentos de novos atores sociais. O autor, que fora o primeiro Assessor Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil – PJB – afirma que a “Pastoral Juvenil”¹⁵ presente no Brasil e na América Latina foi uma das organizações mais significativas em todos os tempos, sendo tipicamente juvenil e voltada para a defesa do protagonismo juvenil.

Nesta década passamos de um regime autoritário, para um regime democrático que permitiu, com o fim da censura, a livre manifestação da cultura. Mas, a população brasileira sofria com as altas inflações que em 1983 se aproximou de 211% e em 1989,

¹⁵ Embora conhecida atualmente como Pastoral da Juventude, o autor utiliza o termo Pastoral Juvenil.

final do governo Sarney, correspondeu a um percentual anual de 1.782% batendo recorde mundial (DICK, 2000).

Decorrente dos problemas sociais do País, as greves nessa década não estavam restritas à classe operária. Um dos grandes exemplos consiste na greve nacional dos bancários de 1985, que teve cerca de 700 mil grevistas (CARMO, 2001). Segundo Dick (2000), no ano de 1989 houve uma média de quatro mil paralisações.

Já em 1984, grandes concentrações populares ocorreram em todo o País, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, mais de meio milhão de pessoas foram às ruas em passeatas com o objetivo de concretizar a proposta das "Diretas já", através da qual a população poderia eleger por voto direto os governantes do Brasil. O presidente da República neste período, João Figueiredo, justificava a não participação do povo nas eleições dizendo que "o eleitor brasileiro ainda não tem o nível do eleitor americano, do eleitor francês [...]" e, audacioso, ainda explicitava aos repórteres que a maioria da população brasileira era desprovida de educação e que muitos ainda não escovavam os dentes, conseqüentemente não estavam preparados para exercer tal função democrática (CARMO, 2001, p.144).

Brandão (1990) afirma que, ao longo dos anos de transição democrática, o Brasil foi conduzido a um enorme endividamento externo e interno com altas taxas de inflação. Com a decretação de vários planos econômicos e em seguida de seus fracassos, a população sofria cada vez mais. Nesse contexto, algumas alas da juventude expressaram seu descontentamento como: o movimento Punk que se consolidou no Brasil a partir dos anos 1980, o movimento se constituía em sua grande maioria de garotos moradores dos subúrbios e periferias vindos de famílias de trabalhadores de baixa renda. A rebeldia estava manifestada nas vestimentas, no comportamento agressivo e na música provocativa, acelerada e barulhenta (CARMO, 2001).

O movimento Punk expôs um sentimento de revolta já acumulado e instalado na garganta de muitos jovens excluídos dos mais diversos meios e oportunidades. Denunciavam, portanto, a situação de sua classe que vivenciavam a exploração do trabalhado, o desemprego, a exclusão social e a repressão policial sempre muito presente. A indignação também se mostrava através de músicas, sendo que os versos da canção do grupo Garotos Pobres nos permite visualizar este sentimento de indiferença e exclusão: “os que moram do outro lado do muro nunca vão saber o que se passa no subúrbio [...] Eles te chamam de garoto podre. Se está desempregado, te chamam de vagabundo, se fizer greve, te chamam de subversivo [...]” (CARMO, 2001, p. 147). A canção chama atenção para as grandes desigualdades sociais, as diferenças entre ricos e pobres, e a indiferença sofrida pelo povo desempregado.

Decorrente da recessão econômica de 1982 e do marasmo cultural por que passava o Brasil, o movimento Punk cresceu. De acordo com Abramo (1994), foi a primeira vez que os jovens das classes menos favorecidas indicam o tom central, a inspiração básica do universo da cultural juvenil no Brasil.

Outras figuras juvenis também marcaram os anos 80, entre eles destacam-se os metaleiros, os carecas/skinheads, darks, rastafáris, rockbilly e os rappers. Segundo Carmo (2001) estes diferentes grupos e tribos se constituíam nas mais variadas expressões de protestos realizadas pelos jovens que se mostravam descrentes e insatisfeitos com os rumos da sociedade. Neste mesmo período, o rock nacional¹⁶ se fortalece e traz consigo características da nossa cultura, deixando de ser simplesmente música importada dos Estados Unidos ou da Europa mostrava-se, portanto, mais alegre e descontraído. Assim, em janeiro de 1985 foi realizado no Brasil um grande festival, na cidade de Jacarepaguá,

¹⁶ Sobre a explosão do rock nacional ver Brandão (1990).

no Rio de Janeiro, chamado *rock in Rio*. O festival atraiu cerca de um milhão de pessoas, em sua maioria jovens.

Mas, a Juventude ainda era muito repreendida pela polícia que, ao final do regime militar beirando a abertura política, chocava-se com os grupos juvenis da classe média em *blitz* policiais. Nos *shows* de Rock, os policiais sempre estavam presentes, o que causava muitas vezes conflitos, principalmente pelo alto consumo de drogas nos espetáculos (CARMO, 2001).

No final da década, a Constituição Cidadã de 1988 é promulgada, trazendo diretrizes para uma nova sociedade que desejava ficar longe do autoritarismo, ou seja, idéias de igualdade, participação e universalização são firmadas legalmente. A inesquecível eleição direta para presidente em 1989, depois de 25 anos de ditadura, na qual Luís Inácio da Silva do PT perdeu no segundo turno para Fernando Collor de Melo do PRN, finalizou a década.

Contudo, apesar de incertezas e crises no campo social, político e econômico, Brandão (1990) afirma que a área de cultura se destacou sobretudo na música concretizando o crescimento e estabelecimento de um mercado para a Juventude, o que fez do rock um dos principais meios de expressão e análise em relação à situação pela qual passava o Brasil.

1.5 Juventude da década de 1990

Em 1989 Fernando Collor de Melo é eleito presidente do Brasil, assumindo a Presidência da República a partir do ano seguinte – 1990. No entanto, dois anos depois, a Juventude e a população brasileira em geral voltava às ruas reivindicando o *impeachment*

do então presidente. Os mesmos movimentos que clamavam por democracia através do voto direto faziam valer seus direitos políticos e civis ao reivindicar por justiça frente aos escândalos e às denúncias de corrupção no Governo Collor. Com o *impeachment* o vice Itamar Franco assumiu a presidência em outubro de 1992.

Nesse período, aconteceram também os arrastões nas praias do Rio de Janeiro. Para os jovens participantes dos “arrastões”, estes significavam simbolicamente a tomada do território “inimigo” feita de improviso e com anarquia. A afirmação de um participante de 16 anos nos mostra um dos objetivos do arrastão: “nós só queria arrepiar os bacanas, mostrar que a praia não é só deles” (CARMO, 2001, p.168) O arrastão, como outras manifestações dos jovens da periferia, demonstra seu descontentamento com a situação em que vive, o desemprego, o preconceito e conseqüentemente a exclusão social.

Também é o momento da música eletrônica influenciar o mundo pop e da voz da periferia chegar a *MTV* com o rap. A moda hip-hop é mostrada através das vestimentas, e suas expressões artístico-visual através do uso do grafite no bico spray. As expressões culturais estão presentes principalmente nas letras das músicas que denunciam as diferentes expressões da questão social (DICK, 2000).

Não se pode esquecer dos bailes Funk's que levaram cerca de um milhão de jovens no Rio de Janeiro a se reunirem nos fins de semana em bailes que demonstravam suas manifestações através da dança. Como afirma Carmo (2001) a preferência musical dos funkeiros já os fazia conhecidos, com características que reforçam um perfil de geração, eles demonstram inconformismo, identidade grupal e uma visão particular do mundo.

Além da música eletrônica, do rap e do funk, o sertanejo também toma conta do Brasil, e traz consigo seu ar de sentimentalismo. Por outro lado, Dick (2000) chama atenção para a transição das gerações. Onde a organização, a articulação, a lógica e o

raciocínio, se deixam abater pelo culto ao corpo, o prazer, o fragmentado e o individual. Estas características estão automaticamente ligadas a forma de organização da sociedade, que se torna regida pelo neoliberalismo, a doutrina hegemônica do mundo que supre as barreiras comerciais e consolida o processo de globalização. Nesse cenário, a geração dos anos 1990 é acusada muitas vezes de ser fortemente influenciada pelo consumo e pela mídia (CARMO, 2001).

No entanto, Abramo (1994) defende a idéia de que a Juventude da década de 1990 não é mais apática ou despolitizada do que a juventude da década de 1960 e 1970, a autora afirma que a juventude age de forma diferente por diversas questões: uma delas é que o foco das tensões e movimentos se modificaram, antes os universitários e a classe média em geral eram quem mobilizava a sociedade hoje, ao contrário, essa mobilização e inquietação surge do meio juvenil da periferia e áreas menos favorecidas e são expressos, muitas vezes, pelo funk, rap, arrastões, etc.

Por fim, o grande temor da década está expresso na estagnação econômica mundial cujo grande reflexo é o desemprego, que atinge milhares de pessoas, principalmente os jovens que tentam entrar no mercado de trabalho

Diante desta pequena amostra dos cenários que influenciaram e movimentaram a Juventude nas últimas décadas, podemos apontar que a mesma marcou presença em espaços e construções importantes na história do país. Assim, por ter sido protagonista de muitas manifestações e organizações, muitas vezes, a sociedade contemporânea imprimi ao segmento Juvenil um olhar de desconfiança nas suas atitudes, pois lhe atribui um caráter revolucionário. Embora atualmente a Juventude seja alvo do consumismo exacerbado e do individualismo competitivo imposto pela forma de organização da sociedade neoliberal, a história nos mostra que ela consolidou projetos e frentes de lutas na garantia de seus direitos, o que nos faz acreditar que a Juventude contemporânea também possa construir

seus espaços de luta, garantindo a concretização de seus sonhos no sentido da construção coletiva.

No próximo capítulo, discutiremos as concepções de Juventude, Democracia e Participação Social, e Conselhos de Políticas e de Direitos, necessárias para a concretização de reflexões que neste trabalho serão apresentadas.

2. TRABALHANDO CONCEPCÕES: JUVENTUDES, DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS

Com a intenção de problematizar a criação dos Conselhos Regional e Municipais de Juventude que, neste capítulo, consideramos necessário realizar o resgate de concepções fundamentais que perpassam tal processo. Para tanto, é fundamental apresentar os conceitos de Juventudes, Democracia e Participação Social, e de Conselhos de Políticas e de Direitos, tanto para discutir a criação e a implantação dos Conselhos de Juventude, quanto para problematizar a possível intervenção profissional do Serviço Social nesses espaços. Assim, as concepções aqui apresentadas reforçam uma visão de mundo que se direciona a projetos emancipatórios e transformadores, dando base teórica-metodológica a discussão proposta.

2.1 Juventudes

Não há uma classificação rígida, nem das etapas de vida do homem, nem da categoria Juventude. Portanto, a Juventude está situada em um contínuo no qual é considerada como uma fase, uma etapa da vida humana. Assim, de acordo com a época e as diferentes culturas, o conceito de Juventude pode variar (ZANETI, 2001).

Para Pais (1996, p.33 – grifos do autor) a juventude não é socialmente homogênea porque “[...] aparece *socialmente dividida* em função de seus interesses, de suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações”. Para o autor, a Juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, sendo uma categoria sujeita a modificações ao longo do

tempo. Nesse sentido, a Juventude pode ser apreendida como uma categoria social que designa um intervalo entre a infância e a vida adulta.

No entanto, é somente a partir do século XIX que ela ganha contornos mais nítidos, sendo considerada como uma invenção moderna que tem como marca central o movimento e como signo a inovação (DIÓGENES apud HERSCHANN, 1997).

As características das Juventudes nas diferentes décadas, como trabalhado no Capítulo I e observadas quer no ativismo de alguns grupos nos anos 1960, quer na aparente passividade dos jovens da geração dos anos 1980, demonstram que ela foi resultado do processo de segregação social. Nesse sentido, as Juventudes dos anos 1960 e 1970 foram consideradas e analisadas como suporte de uma cultura radicalizada, rebelde e conflituosa que buscava e desejava autonomia em relação ao mundo adulto (PAIS, 1996).

Zaneti (2001) afirma que, se a juventude é como pensamos: uma ponte entre o passado e o futuro da humanidade e se quisermos ter esse futuro, precisamos interessar à Juventude através do estabelecimento de novos objetivos onde sejam estimuladas a cooperação e a convivência, onde a busca pela superação das necessidades não agrida à natureza de maneira a estabelecer uma relação de harmonia e de integração.

No Relatório do Seminário Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil (2003), a juventude é entendida como um grupo social heterogêneo, pois há muitas diferenças no interior deste segmento da população: diferenças de classe social; de local de moradia; de escolaridade; de gostos e estilos de vida; de sexo; de cor da pele/etnia; de orientação sexual; de situação de responsabilidade frente à família; de pertencimentos políticos e religiosos. Por isso o termo juventude deve ser apreendido no plural porque existem muitas *Juventudes*.

Nesse sentido estão os estudos de Sousa (1999, p. 23) que afirma que

[...] não podemos trabalhar com um conceito único de Juventude, mas com uma multiplicidade de condições juvenis, já que são muitas e diversas as formas sociais de conflito e de solidariedade envolvendo os jovens que vivem um momento biológico e social transitório e, portanto provisório, para o estabelecimento de relações estáveis.

Sousa (1999) nos informa da importância de considerarmos as Juventudes como uma categoria social específica que no seu interior possuem diferentes formas de organização e trocas de relações. A autora enfatiza a não generalização da categoria, possibilitando os múltiplos olhares para o segmento Juvenil que encontra-se em um momento social transitório.

Pais (1996, p. 37) corrobora com as considerações realizadas quando afirma que “não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. As diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias”¹⁷.

Para Novaes (2001) não há sequer um consenso entre os diversos autores em torno da definição dos limites de idade para a Juventude. De acordo com a autora é mais comum pensar a juventude na faixa de 15 a 24 anos, definição esta considerada pela Organização Internacional de Juventude, sendo também a opção utilizada em todas as análises demográficas, onde podemos citar o IBGE.

Atualmente no Brasil, há uma Comissão Especial destinada a Acompanhar e Estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude – CEJUVENT. Comissão esta formada por parlamentares da Câmara dos Deputados Federais que, com a ajuda de especialistas e representantes juvenis, delimitaram como faixa representativa dessa categoria as idades entre 15 e 29 anos (MARANHÃO, 2003).

¹⁷ Para aprofundamento das teorias: Corrente Classista e a Corrente Geracional, ver Pais (1996) em seu livro “Culturas Juvenis”.

Neste trabalho assumimos a faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos como faixa etária representativa quando tratarmos da concepção de Juventudes.

2.2 Democracia e Participação Social

Para que possamos referenciar a democracia e a participação como concepções fundamentais dentro do processo de criação dos Conselhos de Juventude necessitamos, mesmo que brevemente, conceituá-las. Assim, para os autores Bobbio (1983; 1986; 1987) e Held (apud OLIVEIRA, 2001) a democracia não se limita à seleção de líderes políticos, mas supõe, igualmente, a participação dos cidadãos nas decisões coletivas que afetam suas vidas.

No entanto, Rousseau (apud DALLARI, 2002, p.25), na obra “O Contrato Social” publicada em 1762, faz restrições quanto à democracia, afirmando que “[...] nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá” porque “é impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar de negócios públicos”. Nota-se que para Rousseau só haveria democracia se a população participasse diretamente das decisões, pois o autor não considerava a democracia representativa que ainda não havia sido consagrada, fato que só ocorreria mais tarde.

Retratando a democracia representativa como um processo capaz de ampliar e efetivar a partilha do poder de gestão da sociedade, Carvalho (1998 – grifos da autora) afirma que tornar real essa nova concepção é um processo lento, complexo e descontínuo. O qual exige transformações dos movimentos sociais que, por sua vez, são provocadas pela sua relação com o mundo da política “real” e, também, por mudanças culturais que operariam transformações nas instituições.

Para Kgakoutou (2002) “a democracia é, antes de mais nada, construída por etapas sucessivas, freqüentemente difíceis; jamais uma conversão imposta de fora ou uma metamorfose instantânea”. O autor percebe a democratização como “[...] um processo que leva a sociedade mais aberta e menos autoritária a um sistema de governo que engloba a idéia de poder público baseado na vontade do povo”. Discute, assim, que o princípio básico de uma sociedade democrática não é a igual submissão dos homens ao poder soberano, mas sua igual participação na elaboração da soberania, pois somente

[...] a existência de instituições democráticas não garante por si mesma, que os cidadãos não deixarão aos especialistas o cuidado de pensar e decidir por eles. A democracia supõe estruturas éticas eficazes sustentadas por governantes competentes (KGAKOUTOU, 2002, p. 26).

Poulantzas (apud OLIVEIRA, 2001, p.28) considera que a democracia representativa “envolve a articulação entre a transformação do Estado e o desenvolvimento da democracia direta na base, o que supõe o suporte decisivo e contínuo de um movimento sustentado em amplas alianças populares”. Assim, o conceito de democracia envolve o comprometimento de governantes, que assumindo seus compromissos, terão uma contrapartida da sociedade civil por meio de sua efetiva participação.

Nesse sentido, a participação pode ser entendida enquanto ação humana no seu fazer político que se manifesta em cenários contraditórios onde estão presentes, de maneira conflituosa, alternativas e possibilidades sedimentadoras da ordem vigente. Portanto, pensar os Conselhos como oportunidade de construção de uma cultura alicerçada nos pilares da democracia participativa denota a construção de referenciais teóricos, de valores éticos e práticas sócio-políticas que suplantem o divórcio entre o pensar e o agir (CAMPOS, 1997). Desta forma, significa ter como desafio permanente superar, também

no âmbito da sociedade civil, as práticas de delegação sem representatividade legítima e da representação sem delegação democrática.

Carvalho (1998) afirma que participar da gestão das questões que dizem respeito ao destino comum é uma aspiração de todos os grupos sociais, pois a partir da Constituição de 1988 diferentes movimentos tiveram clareza que através da participação poderiam tanto obter e garantir direitos, quanto ampliá-los garantindo a “invenção de uma nova sociedade”. Dessa maneira, Souza (1987, p.81) considera que a participação é

[...] o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal é um processo dinâmico e contraditório [...] a participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal, é uma questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito as suas condições básicas de existência [...] a participação, longe de ser uma política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social.

Analisando a participação como processo social, Celats (apud SOUZA, 1987, p.82) afirma que a participação

“[...] é o resultado da ação de forças sociais que se constituem como tais a partir de determinantes muito diversos, de classe, de grupo, de gênero, étnicos etc. As forças sociais constitutivas da participação não necessariamente se definem em primeira instância em termos de classe, ainda que em seu desenvolvimento possam aparecer interesses e consciências classistas que venham a manter o processo”.

Oliveira (2001) também contribui quando considera que a participação deve ser compreendida a partir de um contexto sócio, econômico, político e cultural, pois ela se dá a partir de um processo histórico de acordo com as correlações de forças que atuam em uma dada sociedade.

Souza (1987, p.82) afirma que

a participação supõe a criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais. Esse processo de criação e enfrentamento resulta em dada realidade de consumo ou usufruto de bens, assim como uma dada realidade de funções e decisões que caracterizam fins sociais a serem alcançados [...] A participação é requisito de realização do próprio ser humano [...] assim, o desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social.

Para Dallari (1984) “todos os indivíduos tem o dever de participação da vida social, procurando exercer influência sobre as decisões de interesse comum”. Segundo o autor esse dever de participar tem dois fundamentos:

[...] em primeiro lugar, a vida social, necessidade básica dos seres humanos, é uma constante troca de bens e serviços, não havendo uma só pessoa que não receba alguma coisa de outra; em segundo lugar, se muitas ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para os outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações (DALLARI, 1987, p.83).

Para o autor o caminho para a participação já existe e está fixado em regras jurídicas internacionais. Assim, com a proclamação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948, uma nova sociedade surgiu assentada em novos valores onde as pessoas livres e iguais passaram a ter garantido o direito de uma vida digna. O Art. 21 da declaração informa que “toda pessoa tem o direito de tomar parte do governo do seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (apud DALARI, 2001, p.108). Dallari salienta ainda que a participação enquanto um direito e um dever pode ser apreendida como um fundamento básico para a sociedade democrática, pois para ele “[...] a participação não é só um direito, é também um dever, bastando lembrar que não se pode ter uma sociedade democrática, na qual a vontade e os interesses de todos sejam considerados, se não houver participação”.

Sawaia (2001, p.117) traz uma inovação ao falar de participação quando considera que “[...] participar é envolver-se emocionalmente, não apenas racionalmente”. A autora entende participação como algo imanente à condição humana, pois afirma que ela “não vem de fora, é uma necessidade do sujeito. É paixão que leva os homens a se comporem com outros homens, o que significa que só por contingências históricas nega-se o caráter participativo de subjetividade [...]” (id., p.123). Sawaia considera ainda que a participação consiste em uma potência de ação que implica em um encontro, pois remete ao outro de forma incondicional. A participação como potência de ação implica na “passagem da passividade à atividade, e da heteronomia passiva à autonomia corporal”, significa também “o fortalecimento do sujeito em perseverar na luta contra a escravidão” (id., p. 125-126). Ou seja, implica na

[...] capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades infinitas de criação e de entrelaçamento nos bons e maus encontros. É quando me torno causa de meus afetos e senhor de minha percepção. [...] Quando participamos, o fazemos motivados por um sistema de apreciações reduzindo a uma determinada conexão regular, mas não isolada, nós o fazemos com todo o sistema. É falso afirmar que uma participação não deu certo porque as pessoas estavam motivadas por paixão. Somos movidos por paixão o tempo todo [...] (SAWAIA, 2001, p. 125; 130).

Para a autora os homens se realizam na coletividade onde os benefícios dessa coletividade organizada são relevantes para todos e a vontade comum é mais poderosa do que o “*conatus* individual e o coletivo é o produto do consentimento e não do pacto ou do contrato” (id., p. 127). Desta forma, a participação social como algo imanente a condição humana estimula os sujeitos sociais na luta por seus direitos, desfazendo-se de qualquer tipo de escravidão e de outras formas que não contribuem para a elevação de sua condição.

2.3 Conselhos de Políticas e de Direitos

Os Conselhos não se constituem fenômenos novos, pois eles sempre se fizeram presentes em outras épocas apesar de nem sempre terem a mesma visibilidade que apresentam na atualidade. Assim, como nos traz Silva (2000a, p.28) os conselhos eram

[...] imbuídos de objetivos diferentes dos atuais, isto é, integrados a luta pela emancipação política, social, cultural e econômica, tais como os comitês da comuna de Paris, os soviets russos, os conselhos de Fábrica da Itália, os conselhos operários da Alemanha [...].

Segundo a autora, os Conselhos não apontavam apenas nesta direção, eles apareceram também como mecanismos para promover a integração dos diferentes segmentos ao aparato do Estado onde poderiam atuar em comum acordo com o Estado: na execução de políticas, ou mesmo na busca de soluções para o enfrentamento das questões sociais.

Nessa direção, Gohn (apud SILVA, 2000a) distingue os Conselhos em populares e comunitários. Os Conselhos Populares tiveram sua origem nos movimentos sociais e objetivou a negociação de suas lutas com o poder público onde a organização e a participação popular eram as principais condições para sua existência. Bastante diferentes, os Conselhos Comunitários foram criados pelo próprio poder público, via decreto, para que mediassem a relação entre o governo e os diferentes movimentos sociais. Essas instituições populares tinham, portanto, grande tendência de apaziguar e cooptar as lideranças, apoiando os governantes.

Desta forma, a existência dos Conselhos no Brasil data do final da década de 1960 e nos mostra que, de fato, os Conselhos não são fenômenos novos, embora seu caráter consultivo e suas atribuições sejam diferentes daquelas presentes nos Conselhos de Políticas Sociais do cenário atual.

A viabilização da participação da sociedade civil organizada no processo de gestão das Políticas Públicas Brasileiras somente foi possível através das diversas lutas travadas que culminaram na sua inclusão no texto Constitucional de 1988. Na conjuntura da década de 1980, em meio à crise social e aos esforços democratizadores, a Constituição de 1988 definiu instrumentos para a participação da sociedade civil no controle da gestão das Políticas Públicas através da instituição de Conselhos cujos integrantes representariam os diferentes segmentos da sociedade na implementação e no controle das Políticas Públicas (RAICHELIS, 1998).

Para Carvalho (1998, p.34)

os Conselhos são instâncias de formação de políticas que gozam de alto conceito de respeitabilidade enquanto espaços transparentes e comprometidos com o interesse público, espaços que tornam a política mais pública, pelo menos aqueles em que há participação de grupos sociais organizados e democráticos.

Na década de 1990, houve a mobilização de diferentes segmentos para a criação de novos Conselhos que pudessem defender e representar os interesses e as novas demandas trazidas por esses segmentos, um exemplo representativo é o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS¹⁸ – criado em 1994.

Carvalho (1998, p.34) dá uma pequena mostra da propagação dos Conselhos no Brasil

já existem hoje no Brasil, nos cinco mil municípios, mais conselheiros que vereadores, o que nos dá a dimensão desta forma de participação popular, muito mais acessível aos participantes dos movimentos sociais do que a tradicional representação parlamentar.

¹⁸ O CNAS foi instalado oficialmente no dia 4/02/1994. Sua criação é resultado da implementação da proposição contida na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), após longo processo de lutas que envolveram diversificado conjunto de agentes e entidades sociais na área da assistência social (RAICHELIS, 1998).

Como mostra a autora, a grande propagação dos Conselhos no Brasil não é o único objetivo, pois é necessário considerar a qualidade dos trabalhos firmados por eles. Desse modo, indagamos se os Conselhos são realmente espaços de democratização e construção coletiva, ou apenas espaços utilizados pela esfera governamental para reafirmar seus interesses e garantir seus recursos e verbas?

Identificado o espaço dos Conselhos como mecanismo de representação e de discussão observamos a questão da democracia e da participação que de acordo com Campos (1997, p.149) os Conselhos se constituem no “[...] canal de participação legalmente constituído para o exercício da gestão democrática”. O autor reconhece que os Conselhos Paritários se apresentam como espaços privilegiados para o exercício político, e por que não dizer de sujeitos políticos, pois os Conselhos Paritários e deliberativos são iniciativas que possibilitam, mesmo em uma esfera restrita, o estabelecimento de novos fóruns de participação e de novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil.

O espaço de publicização¹⁹ que se constrói a partir da ação dos Conselhos requer um *lócus* para consolidar-se. Este *lócus* é a esfera pública, “[...] entendida como parte integrante do processo de democratização” que por meio do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expressa os interesses das maiorias nos diferentes processos de decisão política (RAICHELIS, 2000, p.63).

Nesse sentido, para Habermas (1984), Arendt (1991) e Telles (1990) (apud RAICHELIS, 2000, p. 64) a esfera pública “constitui um espaço essencialmente político, de aparecimento e visibilidade, aonde tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos”. Assim, o caráter de estratégia política contido na esfera pública, é revelado com

¹⁹ Por Publicização estamos entendendo o espaço que “[...] funda-se numa visão ampliada de democracia, tanto do estado quanto da sociedade civil, e na implementação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do estado, que dinamizam a participação social para que ela seja cada vez mais representativa na sociedade, especialmente nas classes dominadas”(RAICHELIS, 2000, p.63).

maior clareza a partir da explicitação de alguns elementos constitutivos que, de acordo com Raichelis (2000, p.64-65), nos permite “visualizá-la como uma totalidade dinâmica e articulada”. Tais elementos implicam na

1. **Visibilidade Social** – Significa que as ações dos sujeitos devem expressar-se com transparência, não apenas para os diretamente envolvidos, mas também para todos os implicados nas decisões políticas. A visibilidade social supõe publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços públicos de representação;
2. **Controle Social** – Implica o acesso aos processos que informam decisões da sociedade política, que devem viabilizar a participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e arbitragens sobre os interesses em jogo, além da fiscalização daquelas decisões, segundo critérios pactuados;
3. **Representação dos interesses coletivos** – Envolvendo a constituição de sujeitos políticos ativos, que se apresentam na cena pública a partir da qualificação de demandas coletivas, em relação às quais exercem papel de mediadores.
4. **Democratização** – Remete a ampliação dos fóruns de decisão política que alargando os condutos tradicionais de representação, permitam incorporar novos sujeitos sociais como portadores de direitos legítimos. Implica a dialética entre conflito e consenso, de modo que interesses divergentes possam ser qualificados e confrontados, derivando daí o embate público capaz de gerar adesão em torno das posições hegemônicas.

5. **Cultura pública** – Supõe o enfrentamento do autoritarismo social e da cultura privatista de apropriação do público pelo privado, remetendo à construção de mediações sócio-políticas dos interesses a serem reconhecidos, representados e negociados na cena visível da esfera pública.

Cabe destacar de acordo com Carvalho (1998, p.34) que

Sem a participação dos representantes governamentais e um acesso mínimo às informações do governo, eles deixam de ser espaços de negociação e co-gestão, reduzindo-se a espaços de luta social reivindicativa com os demais movimentos sociais.

Assim, o papel de instância deliberativa das políticas públicas sobre áreas específicas confere aos Conselhos um significativo espaço nos processos de administração dos recursos públicos. De acordo com Campos (1997), a responsabilidade deliberativa aliada à atribuição normativa e controladora impõem aos Conselhos um importantíssimo papel na construção e consolidação do exercício da democracia participativa.

Nesse contexto, debater sobre a gestão democrática e os Conselhos Paritários, considerando todo o processo de pensar, planejar e criar os Conselhos de Juventude – tanto Municipal como Regional – nos remete para as importantes questões apresentadas anteriormente relacionadas às concepções de Democracia e de Participação social.

Assim, após um passeio reflexivo sobre as diferentes concepções apresentadas pelos autores, apresentaremos alguns elementos resgatados a partir da pesquisa de campo que serão aqui apresentados de maneira a explicitar o processo de participação e de vivência da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude.

3. CONTRIBUIÇÕES À REFLEXÃO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS DA JUVENTUDE

No presente capítulo trazemos as falas dos jovens pesquisados para fortalecer a discussão da criação dos Conselhos Regional e Municipais de Juventude. Primeiramente colocamos em cena a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude da 18ª Região São José/SC a fim de apresentarmos o seu processo de criação, para então relatarmos os caminhos trilhados no processo de pesquisa de campo e apresentarmos os dados obtidos com a pesquisa. Estes estão agrupados de acordo com as seguintes categorias: o **Perfil** dos Membros da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude; a **participação dos jovens** no contexto da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude; o **Jovem enquanto Sujeito Social**; **Legitimidade** desde a base local; **Limites e possibilidades** apresentados pela Comissão Provisória: por uma Política Pública em Santa Catarina de e para Juventude; **Estratégias de ação** para a Comissão; **Prioridades** no processo de criação do Conselho Regional de Juventude; **Dificuldades** no processo de criação do Conselho Regional de Juventude; **Procedimentos e ações** necessários para a criação do Conselho Regional de Juventude; **Sujeitos fundamentais** para a criação dos Conselhos Municipais de Juventude; e as **Indicações de Projetos** que o Conselho Regional deve priorizar.

3.1 Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude: a experiência da 18ª

Região São José/SC

Nas eleições para o Governo do Estado de Santa Catarina realizadas em 2002 houve três candidatos: Esperidião Amim do Partido Progressista Brasileiro – PPB – atual Partido Progressista – PP, José Fritsch do Partido dos Trabalhadores – PT e Luiz Henrique da Silveira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Dos três candidatos, dois foram para o segundo turno disputando voto a voto o cargo de governador, sendo que Luiz Henrique da Silveira do PMDB venceu o seu concorrente Esperidião Amim do PP, assumindo a gestão do governo do estado de Santa Catarina pelo período de 2003 a 2006.

O novo governo incorporou a proposta da descentralização política-administrativa na gestão governamental, significando a transferência de parte do planejamento e das ações de governo estadual para instâncias mais próximas do cidadão²⁰. Para viabilizar esse processo o governo dividiu o Estado de Santa Catarina em 29 microrregiões, estabelecendo em cada uma das microrregiões uma Secretaria do Desenvolvimento Regional e um Conselho de Desenvolvimento Regional.

A 18ª Região de São José é uma das 29 microrregiões estabelecidas. Composta por treze municípios: Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos, São José, Palhoça, Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Anitápolis, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio, Rancho Queimado e Angelina²¹.

²⁰ Cartilha: Descentralização do governo, Desenvolvimento Regional: Um caminho para a democracia participativa, IOESC, Florianópolis, 2003.

²¹ Para obter maior detalhamento do perfil dos municípios da 18ª Região - São José/SC vide APÊNDICE 02.

Nesta região, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional, tem-se o cargo de assessor para a Juventude este, por sua vez, assumiu os trabalhos a partir do mês de março de 2003 cuja atividade mais significativa, durante o primeiro semestre frente à Assessoria para a Juventude, consistiu na convocação da Juventude da região para a realização do I Fórum Regional de Juventude²² ocorrido em 9/08/03 no auditório da Catedral metropolitana de Florianópolis.

Neste Fórum o principal ponto de discussão foi à criação dos Conselhos Municipais nos 13 municípios que compõem a região, bem como a criação do Conselho Regional de Juventude. Marcaram presença no Fórum mais de quarenta entidades/organizações que trabalham com o segmento juvenil, totalizando 130 jovens participantes. As organizações presentes eram: UJS (União da Juventude Socialista), FEAN (Faculdade Energia), CEDEP (Centro de Educação Popular), PJ Arquidiocesana (Pastoral da Juventude), JPMDB (Juventude do Partido Democrático Brasileiro), JPV (Juventude do Partido Verde), JPL (Juventude do Partido Liberal), MJT (Movimento de Juventude Trabalhista), JPTB (Juventude do Partido Trabalhista Brasileiro), JPFL (Juventude do Partido da Frente Liberal), JPSDB (Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira), UCE (União Catarinense de Estudantes), UCES (União Catarinense de Estudantes Secundaristas), Oficina da Vida, Associação dos ex-alunos do CEDEP, UBE (União Blumenauense de Estudantes), Grupo de Jovens Vila Aparecida – Florianópolis, Grupo de jovens Fonte de Luz de São José, Grupo de Jovens Face de Biguaçu, Grupo de Jovens de Palhoça, Grupo de Jovens de Anitápolis, Grupo de Jovens AUC (amigos Unidos por Cristo), Grupo de jovens Caminho da Perfeição de Florianópolis, Grupo de Jovens ABC de São José, Grupo de jovens JUVEMISS de Palhoça, Grupos de Escoteiros da Terra Firme, Centro Acadêmico de Direito (CESUSC), Apremabi

²² Ver notícias vinculadas nos Jornais da Região sobre o Fórum no Anexo 01.

(Associação de preservação do meio ambiente), SDE (Social Democracia Estudantil), Harmony Produções, Juventude do Maciço do Morro da Cruz, Escola de Educação Básica Henrique Veras, E.E.B. Francisco Tolentino, E.E.B. São Miguel, E.E.B. Maria José Barbosa Vieira, E.E.B. Professor Benomvio João Martins, E.E.B. Simão José Hess, e, Pastoral da Juventude das Paróquias de Biguaçu, Governador Celso Ramos e Garopaba.²³

Ao final do I Fórum Regional de Juventude da 18ª Região São José/SC houve a criação de uma Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude formada por representantes de diversas entidades/organizações de segmentos juvenis presentes no evento. Assim, a Comissão é composta por 23 jovens que representam diferentes ONG's, Movimentos Estudantis, Juventudes religiosas, esferas governamentais e Juventudes Partidárias cujo compromisso implica na tarefa de discutir, refletir, planejar, mobilizar e executar o processo de criação dos Conselhos Municipais e Regional de Políticas e de Direitos da Juventude.

A criação deste espaço de discussão e a união dos diferentes segmentos juvenis com o intuito de criar os Conselhos de Juventude significa um avanço no sentido da criação e efetivação de projetos Juvenis que atendam as demandas deste segmento, assim, é um espaço rico em informações, se constituindo como um cenário fundamental para a realização da pesquisa de campo.

Desta forma, pode-se afirmar que é através do conhecimento da realidade da juventude, o qual também busca-se neste trabalho, que os Assistentes Sociais se qualificarão para possíveis intervenções dotadas de uma maior qualidade, para este segmento, que sofre pela falta de compromisso do poder público e muitas vezes de profissionais que não são capacitados o suficiente para o trabalho com tal público.

²³ Informações obtidas através do Relatório do Iº Fórum Regional de Juventude da 18ª Região São José/SC. Digitado, 2003, 3p.

A contribuição desta pesquisa também vem no sentido de fortalecer os sujeitos sociais que estão a frente do processo de criação dos Conselhos Municipais e Regional de Juventude, dando-lhes subsídios para futuras ações.

3.2 Procedimentos metodológicos

Utilizamos a pesquisa descritiva, que segundo GIL (1994, p.45) “[...] têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. Desta forma, a pesquisa bibliográfica permitiu a apreensão do contexto histórico e das características assumidas pelas Juventudes no cenário brasileiro.

Optamos por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, pois tivemos como finalidade identificar a participação da Juventude no contexto da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, problematizando o processo de criação dos Conselhos Municipais e Regional de Políticas e de Direitos da Juventude. Desta forma, a contribuição desta pesquisa vem no sentido de fortalecer os sujeitos sociais que estão a frente do processo de criação dos Conselhos Municipais e Regional de Juventude, dando-lhes subsídios para futuras ações.

Pela impossibilidade de contato direto com toda a Juventude do Regional São José/SC, delimitou-se como espaço de pesquisa a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude da 18ª Região – São José/SC, que abarca em sua formação diferentes jovens que representam diferentes segmentos sociais. Portanto, os sujeitos desta pesquisa foram os integrantes dessa Comissão, que, por sua vez, representam o universo das organizações/entidades que no ano de 2004 configuram a referida Comissão, como demonstramos no quadro que segue:

Organização/Entidade	Município/Região	Número de representantes
Oficina da Vida	Florianópolis	03
Associação dos grupos de jovens de São José.	São José	01
Apremabi	Biguaçu	01
Escoteiros São José da Terra Firme	São José	01
Comunidade Enseada de Brito Projeto Escola Sem limites	Palhoça	01
Grêmio Estudantil - E.E.B. Francisco Tolentino	São José	01
União Catarinense dos Estudantes Secundaristas	Florianópolis	01
Pastoral da Juventude Arquidiocesana/Igreja Católica	Florianópolis	01
Catequese/ Igreja Católica	Florianópolis	01
Partido Liberal	Florianópolis	01
União da Juventude Socialista	Florianópolis	01
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	Florianópolis	02
Partido Socialista Brasileiro	Florianópolis	01
Partido dos Trabalhadores	Florianópolis	01
Movimento Estudantil	São José	01
Partido da Social Democracia Brasileira	São José	02
Assessoria para Juventude	18ª região	01
Partido da Social Democracia Brasileira	Santa Catarina	01

Assim, do universo total dos integrantes da Comissão - 22 jovens, foram sujeitos de pesquisa quatorze jovens.

No processo de desenvolvimento deste trabalho, o instrumental possibilitou uma abordagem eficiente, desta forma, a ferramenta utilizada para a coleta de dados foi o questionário, contendo questões abertas e discursivas²⁴. O questionário proporcionou aos pesquisados a exposição de diferentes posições, sempre referenciando os objetivos desta pesquisa.

Para a realização da pesquisa de campo agendou-se uma reunião extraordinária no mês de maio de 2004, pois de acordo com o cronograma de pesquisa este era o período

²⁴ APÊNDICE I.

em que tínhamos que obter os dados de campo. Primeiramente, estabelecemos contato telefônico com cada integrante da comissão a fim de informar sobre a realização da reunião. Esta teria dois pontos de pauta: o primeiro, era discutir a situação atual da comissão²⁵, pois a mesma encontrava-se com dificuldades de realizar as reuniões e de encaminhar suas tarefas; o segundo ponto seria a participação em uma pesquisa que teria como sujeitos os integrantes da Comissão Provisória.

Na semana anterior à reunião²⁶, realizamos o contato com todos os participantes da Comissão que, além do contato telefônico, foram lembrados da importância da reunião também através de *e-mail's*.

No dia da reunião, apenas nove dos participantes da Comissão faziam-se presentes. O questionário foi aplicado apenas aos presentes onde, de início, entregamos uma carta de apresentação na qual constava o objetivo e a importância da pesquisa para o processo de discussão e criação dos Conselhos Municipais e Regional de Políticas e de Direitos da Juventude. Durante o período de aplicação do questionário, os pesquisados se mostraram bastantes receptivos e interessados em saber quais questões seriam abordadas no questionário o que pouco-a-pouco iam desvendando.

Dada a presença de apenas nove dos integrantes da Comissão na reunião na qual foi aplicado o questionário, tivemos que reiniciar os contatos telefônicos com os integrantes que não puderam comparecer à reunião extraordinária. Nessa nova mobilização para aplicação dos questionários foram utilizados dois meios: contato telefônico e *e-mail's*. Além do convite para a reunião, os integrantes foram informados sobre os assuntos tratados na reunião do dia 01/05/04 e depois informados da nova reunião marcada para o

²⁵ De acordo com o relatório da reunião neste dia não foi possível a discussão deste ponto de pauta, pois apenas nove integrantes estavam presentes.

²⁶ Marcada para o dia 01/05/04, no Serviço Social do Comércio – SESC da Prainha localizado no centro de Florianópolis

dia 08/05/04. Através dos *e-mail's*, também foram enviados a carta de apresentação e o questionário de pesquisa.

Foram entregues dezoito questionários, sendo que nove foram entregues na reunião extraordinária, cinco entregues via *e-mail* e quatro entregues pessoalmente. Destes dezoito questionários recebemos quatorze questionários respondidos, sendo que doze foram devolvidos pessoalmente e dois através de *e-mail*. A partir desses questionários realizamos a tabulação de dados.

No sentido de mobilização e adesão para a participação da pesquisa não encontramos grandes barreiras por parte dos sujeitos envolvidos que, por sua vez, auxiliaram no contato e na mobilização para garantir o maior número de integrantes da Comissão para a participação no processo de coleta de dados.

3. 3 Visualizando os sujeitos na construção das Políticas Públicas

Os dados aqui apresentados concretizam nossa pesquisa, de caráter exploratória e trazem as formulações sobre os conteúdos presentes no questionário de pesquisa.

3.3.1 O Perfil dos Membros da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude

A abrangência territorial da Comissão do Conselho envolve treze municípios da Região, mas com representatividade temos somente cinco. Destes cinco participaram da pesquisa apenas três municípios, onde do total de pesquisados – quatorze jovens, Florianópolis conta com sete integrantes, São José com seis integrantes e Palhoça com

apenas um integrante. Com relação à idade dos pesquisados varia de 19 a 39 anos, portanto, a idade média do grupo de integrantes é 24 anos. Quanto ao grau de escolaridade temos:

- três integrantes que cursam o ensino médio (2º grau);
- quatro integrantes que concluíram o ensino médio (2º grau); e
- sete integrantes que cursam o nível superior.

Destes quatorze integrantes, oito são homens e seis mulheres.

Os pesquisados representam as seguintes organizações na Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude:

- cinco representam partidos políticos;
- quatro representam Organizações Não Governamentais;
- um representa a Esfera Governamental;
- dois representam o Movimento Estudantil; e
- dois representam o Segmento Religioso.

Dos integrantes pesquisados, somente três não trabalham e os demais trabalham no mínimo quatro horas diárias.

Quando indagados sobre sua participação na Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, nove dos representantes responderam que participam ativamente e vêem sua participação como fundamental e imprescindível para o trabalho que vem sendo desenvolvido; Cinco dos representantes avaliaram sua participação como fraca, frágil, ou que “deixou a desejar” porque consideram faltar-lhes tempo; e, apenas um dos representantes considerou que “sinto que não fiz nada”.

Desta forma, podemos afirmar que em qualquer grupo há limites e possibilidades que, a partir das avaliações pessoais, se misturam e constroem o coletivo.

3.3.2 A participação dos jovens no contexto da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude

Fundamentado nos dados obtidos através da pesquisa de campo observamos que os jovens pesquisados consideram que há falta de espaço para o segmento juvenil no que se refere a sua própria participação na Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, consideram ainda que quando há espaço a Juventude não os ocupa. Isso pode ser percebido através das falas desses jovens:

Vejo minha participação no Conselho por dois motivos, o primeiro seria pelo espaço que não vejo preenchido pelos jovens e que luto desde os 16 anos para unir e trabalhar com a Juventude [...] (E. 21 anos)

A importância de uma participação mais efetiva da Juventude pela Juventude é o ponto fundamental (L. 23 anos)

[...] a participação da Juventude nos processos de discussão de políticas públicas é o fator fundamental para a efetivação e na conquista de espaços numa sociedade que ao longo tem usado essa massa apenas como meio de consumo (H. 39 anos)

[...] enquanto jovem e participante de uma organização não-governamental que visa o desenvolvimento do jovem, identifiquei na formação do Conselho Regional de Juventude um espaço para que se discutissem políticas públicas para a Juventude (D. 28 anos)

Observamos que os jovens apontam para a necessidade do segmento juvenil estar presente nas deliberações que envolvem as políticas públicas de e para Juventude, pois eles percebem o Conselho como sendo um espaço para o estabelecimento de discussões sobre tais políticas. A fala de H. 39 anos alerta para os problemas da sociedade moderna que, através de processos globalizantes e neoliberais, envolvem a Juventude com o consumismo tornando os valores materiais os únicos valores capazes de satisfazer suas necessidades, reafirmando com isso a sociedade do consumo. Os depoimentos também

apontam para os problemas locais vivenciados por esses jovens, apesar do Estado de Santa Catarina ser considerado o Estado com o 1º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Juvenil no Brasil.

Já *F. 23anos* afirma que pretende através de sua participação junto ao Conselho “contribuir para o processo de construção de políticas públicas voltadas para a Juventude e representar os jovens [...] a fim de acrescentar idéias, projetos, propostas para a efetiva concretização da participação do Jovem no processo democrático”.

3.3.3 O Jovem enquanto Sujeito Social

Pensar em Conselhos de Juventude remete à discussão de também se pensar em um ator/sujeito que ao articular sua capacidade com sua vontade vem construir/assegurar, através do espaço público, os direitos do segmento ao qual pertence que já estão garantidos em lei. Com a análise dos relatos obtidos podemos identificar o quanto é importante a Juventude se perceber/entender como um ator principal do processo de criação dos Conselhos Municipais e Regional de Políticas e de Direitos da Juventude. Para tanto, realizamos um contraponto com autores que discutem essa questão.

Silva (2000a), em pesquisa realizada com os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente do Médio Vale do Itajaí, relata que o segmento foco destes conselhos – as crianças e adolescentes – não podem se auto-representar necessitando, portanto, que outros sujeitos agreguem suas demandas, tornando-se porta-vozes da defesa dos interesses, necessidades e reivindicações daquele segmento. Diferentemente da idéia exposta pela autora, o segmento juvenil – foco deste trabalho – é visto como sujeito político possuidor de muitas capacidades como podemos perceber através das falas

[...] os jovens são capazes de definir suas prioridades enquanto parcela altamente relevante da população, identificar suas reais necessidades, além de possuir iniciativa e interesse em atuar como agentes de transformação da sociedade baseada em sua perspectiva de futuro como cidadãos (*F. 23 anos*).

A juventude tem que ser protagonista de seus projetos e não meramente receptora (*O. 32 anos*).

Essas afirmações apontam os jovens como sujeitos sociais capazes e interessados na atuação política cuja finalidade está, entre muitas outras coisas, a transformação da sociedade e, ainda, atribui a eles certa credibilidade ao considerá-los propositores de políticas públicas.

O entendimento da Juventude enquanto protagonista de sua própria história é um dos anseios daqueles que se colocam à frente de processos e de lutas de enfrentamento da ordem instituída. Na sociedade atual, dificilmente esses segmentos são os que têm a oportunidade de opinar em projetos que vão ao encontro de suas reivindicações e/ou necessidades, por isso se faz necessário pontuar os diferentes espaços de participação que foram conquistados nas últimas décadas, principalmente depois da Constituição Federal de 1988.

Carvalho (1998) assinala que, após a ruptura com o modelo autoritário e centralizador que governava o País, houve a ampliação dos espaços de gestão democrática e participativa onde os setores excluídos, embora lenta e dolorosamente, foram deixando as senzalas e as páginas policiais e conquistando o seu lugar, alargando as portas dos espaços de participação que lhes eram permitidos. A democracia participativa, os espaços de controle social conquistados e construídos com todas as suas fragilidades e limites expressam essa lenta, mas consistente, emergência dos setores excluídos na cena pública brasileira.

Desse modo, para que a Juventude não seja “meramente receptora” e participe da elaboração de políticas e projetos a ela direcionados, ela precisa se perceber/entender enquanto sujeito político e conviver na relação com os outros sujeitos. Isso exige, de acordo com a visão de Aristóteles, uma vida em sociedade, pois é uma necessidade da natureza humana o convívio com os outros homens.²⁷

O entender-se como construtor e sujeito político de sua história, nos remete a fala de *E. 20 anos*: “[...] tenho que dizer que participo e sou honrado por isso e tenho certeza que dentro desse processo posso somar e juntos colher bons frutos para a Juventude da Região”. Além do reconhecimento de sua importância no processo de criação do Conselho Regional da Juventude, fica explícita a idéia de coletividade que consideramos tão importante quanto a própria presença e/ou inserção da Juventude nessas discussões, ou espaços.

Assim, ao ser identificada a Juventude como auto-representativa e também como proponente de políticas públicas, o depoimento de *C. 23 anos* nos revela uma Juventude que sonha e acredita ser capaz de definir propostas que os levem a uma melhor condição de vida

Então, está na hora de darmos um basta e começarmos a botar os jovens na linha de frente também quando for discutir as políticas públicas. Está na hora dos Jovens serem proponentes das políticas voltadas para os próprios jovens. Chega de pensarmos que os adultos sabem o que os jovens precisam, os jovens devem ser aqueles que, mais do que discutir, devem elaborar, propor políticas públicas de Juventude. Todos nós sabemos o potencial que existe nos jovens, então vamos explora-lo também na hora de elaborar políticas públicas [...].

Além de evidenciar a capacidade da Juventude, o depoimento a coloca no centro do debate acerca da tomada de decisões das Políticas Públicas a ela relacionada.

²⁷ Citado por Dalmo Dallari de Abreu no livro “O que é política”, 1984, São Paulo: Brasiliense.

Apesar dessas constatações, é notório em nosso país o descrédito atribuído ao segmento juvenil que, muitas vezes, é visto como “baderneiro” e/ou revolucionário²⁸. Nesse sentido *G. 21 anos* alega que a relação de forças entre os políticos partidários, principalmente os mais velhos é bastante presente “[...] eles têm medo de que a Juventude avance no processo político e tire o espaço deles”. Frente a isso *C. 23 anos* pergunta de maneira crítica “por acaso alguém já viu algum candidato a vereador ou prefeito (mesmo sendo candidato jovem) ir aos bairros juntar a Juventude e discutir sobre as necessidades dos jovens?” Ele mesmo responde: “Eu nunca vi! [...] o que acontece é que existe medo de juntar a Juventude para fazer esse tipo de discussão”.

Esses depoimentos nos fazem refletir sobre as dificuldades que a Juventude enfrenta para se constituir enquanto verdadeiros sujeitos políticos, protagonistas de sua própria história. O medo da participação política do jovem presenciado em diversas situações e os resquícios das décadas passadas onde o jovem era visto como “suspeito” pode se transformar em cooptação nos espaços de inserção da Juventude. Portanto, conquistar os espaços públicos, mostrar sua seriedade no trabalho, na luta e na garantia de direitos “mostrando sua cara” é uma necessidade urgente para a Juventude e também para toda a sociedade.

Uma referência importante para a discussão apresentada é Sader (apud CECÍLIO, 1994, p.13) que amplia o conceito de sujeito político quando entende este conceito como sendo “[...] todo agrupamento que tenha capacidade de formular projetos e tenha pretensão de universalidade”. De acordo com o autor este conceito está sempre referenciado a sujeitos sociais e a um determinado contexto social que delimita as suas possibilidades de intervenção. Tal conceito pode ser relacionado com a definição dada por Muller (apud CECÍLIO, 1994, p.12), que qualifica como sujeito político “[...] aqueles

²⁸ Sobre a visão do jovem como revolucionário consultar CARMO (2001) e GROPPPO (2000).

indivíduos ou grupos que ocupam posição estratégica no sistema de decisões e que respondem, no processo de formação de políticas”.

Quanto à auto-representação dos jovens enquanto sujeitos, Morelli²⁹ afirma que “devemos ser sujeitos de nossa própria história”. Nesse sentido, Sader (1988, p.53) contribui ao considerar que a noção de sujeito vem associada a um projeto, pois é “[...] a partir de uma realidade cujos contornos não estão plenamente dados e em cujo devir o próprio analista projeta suas perspectivas e faz suas apostas”.

Enfim, além da necessidade da Juventude se entender enquanto sujeito político capaz de modificar e planejar o “presente e o futuro”, ela vem se defrontando com diferentes e complexas barreiras, mas que somente serão ultrapassadas através do estabelecimento de uma capacidade de articulação e de uma vontade de mudar. Isso permitirá aos jovens delinear seu próprio caminho.

3.3.4 Legitimidade desde a base local

A participação dos representantes das diferentes entidades/organizações juvenis é muito importante para o processo de discussão de políticas públicas de e para Juventude. Assim, esses representantes devem ter legitimidade nas entidades/organizações das quais participam para que, através desse contato direto, possam na Comissão Provisória, ou no Conselho falar não por si, mas por seus representados.

Assim, CARVALHO (1998, p.37) afirma que

Apesar da importância da argumentação e dos critérios de racionalidade pública nos espaços de negociação, é indispensável aos atores que delas

²⁹ Dom Mauro Morelli. Cf. Cadernos do CAES, nº45, 1976.

participam contar com uma retaguarda de mobilização que respalde sua legitimidade social.

Desta forma, perguntamos aos pesquisados se os mesmos contam com o apoio do município onde moram. Dos quatorze representantes, sete afirmaram ter o apoio do município de origem; e sete identificam dificuldades para conseguir tal apoio.

As falas dos sete representantes da comissão que tem o apoio dos seus municípios expressam que

Temos apoio não só da administração municipal, como também dos movimentos organizados *(A. 23 anos)*.

Sim, tenho apoio dentro do município que atuo e até mesmo em outros [...] *(E. 20 anos.)*

Apoio até que tem, mas falta articulação política para mostrar o trabalho para toda a sociedade *(L. 22 anos)*.

Os integrantes declaram ter apoio do município no qual residem. Tal apoio é entendido ora como sendo somente ligado à questão da administração local (Prefeitura e Prefeito), ora como sendo elemento que tanto pode se configurar na esfera governamental, quanto na sociedade civil³⁰.

Já os representantes que alegaram não ter apoio do seu município afirmaram:

Não. Como todos os membros da Comissão Provisória não tem respaldo do município. É impossível ter uma representação do município se não existe um órgão municipal que regulamenta essa participação *(C, 23 anos)*.

Não. Não vislumbro a prefeitura de Florianópolis nesse processo. Questões políticas e articulação são certamente motivos comprometedores *(F, 23 anos)*.

³⁰ Registramos aqui a possível falha no instrumento de coleta de dados quando não detalhamos o que seria o “apoio no município” no momento de aplicação do questionário.

As pessoas mais velhas (políticos) nunca querem dar muito apoio, até por que, eles têm medo que a juventude avance no processo político e tire o espaço deles *(H, 39 anos)*.

Não, pois é um segmento novo, no qual as autoridades ainda não se deram conta da importância e dimensão *(J, 19 anos)*.

Não, porque ninguém sabe que eu participo do Conselho, nem o Poder Público *(M, 21 anos)*.

Pode ser identificada uma confusão entre a definição de apoio municipal que remete, muitas vezes, apenas para a esfera governamental, sendo que parte dos integrantes considera a recente discussão da criação dos Conselhos de Juventude como um fator que impede ou dificulta o apoio municipal.

Identificamos aqui o papel de articulação que pode ser promovido pela Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, no sentido de garantir e consolidar o apoio dos diferentes municípios aos integrantes da Comissão, para que na seqüência os mesmos, junto aos jovens dos municípios possam estar a frente da criação dos Conselhos Municipais de Juventude.

3.3.5 Limites e possibilidades apresentados pela Comissão Provisória: por uma Política Pública em Santa Catarina de e para Juventude

Desde sua criação, em agosto de 2003 no I Fórum Regional da Juventude, a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude vem desenvolvendo atividades, visitas e reuniões sistemáticas para o planejamento de atividades que objetivam a criação do Conselho Regional de Juventude. Desse modo, serão apontados os limites e as possibilidades que integram a Agenda da referida Comissão.

Primeiramente, a criação da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude surge com o objetivo de estabelecer lideranças que possam assumir responsabilidades na busca de uma organização para a realização de atividades, com a finalidade de criar o Conselho Regional de Juventude. As falas apontam para questões positivas/possibilidades e para questões negativas/limites das atividades desenvolvidas pela Comissão, nesse sentido *B. 19 anos* afirma como sendo uma das questões positivas o fato de

estar em contato com muitas instituições e insistindo na presença de um representante nas reuniões. É uma forma de não esquecer que temos um propósito e que precisamos de cada um para seguir em frente. Bem como, promover eventos para a divulgação do Conselho. É um fator importante, pois quem não é visto não é lembrado.

O jovem enfatiza a importância de promover eventos que possibilitem aos demais jovens da comunidade conhecer o Conselho, as atribuições do jovem e o seu papel diante de espaços democráticos como este. Nunca esquecendo que o *marketing* – no sentido estrito de propaganda – é um fator importantíssimo, que pode ajudar na conquista de visibilidade diante da sociedade.

Alguns jovens, mais otimistas, afirmam que houve sucesso nas ações da comissão como a contribuição dada no planejamento e elaboração da I Audiência Pública de Juventude. *M. 21 anos* considera que esta também foi uma atividade importante da Comissão e enfatiza que “esse tipo de ação é importante, pois leva os interesses do Conselho aos ouvidos do poder público”. Já *C. 23 anos* afirma que

Das atividades que lembro que a Comissão Provisória realizou foram o Fórum de Juventude realizado no auditório da Catedral onde se discutiu sobre a criação dos Conselhos Municipais de Juventude e a Audiência Pública Regional que aconteceu no início deste ano na Assembléia Legislativa. As duas atividades foram muito importantes para levantar uma discussão sobre a organização das diversas iniciativas dos trabalhos realizados para a Juventude e desta forma buscar uma organização mais sistemática que contemplem estas iniciativas, buscando a efetivação das políticas públicas voltadas para a Juventude. Acredito que todas as ações

que envolvem os Jovens na construção de uma sociedade melhor para se viver é válida. Neste sentido, a comissão provisória tem mostrado seu interesse em construir propostas que atendam as necessidades da Juventude.

Mas, outras questões podem ser identificadas nas falas e que pouco-a-pouco vão desmobilizando o grupo, e desmotivando os trabalhos, cuja principal questão citada/ponto negativo consiste na falta de interesse de alguns participantes da comissão. Isso foi apontado por *B. 19 anos* “falta de interesse de alguns e o não cumprimento da palavra”. Já *D. 28 anos* aponta que existe “esforço por parte de alguns mais atuantes em manter viva essa possibilidade, e tentar buscar a participação da sociedade”. *E, F. 23 anos* complementa afirmando que “há uma forte vontade e empenho de membros que estão dispostos a transformar a realidade e comprometidos com resultados sérios e concretos”.

Observada essa questão, podemos perceber que o grupo, antes constituído de inúmeros jovens, hoje se reduziu bastante conforme afirma *D. 28 anos*

no início éramos mais de vinte, hoje há um média de seis participantes por reunião [...] com essa ‘flutuação’ de participantes os trabalhos não avançam, acaba-se voltando à questões já decididas, surgem propostas que não vão adiante por que até a pessoa que fez, faltou nos encontros seguintes.

Aliadas a essas dificuldades estão os compromissos pessoais e profissionais dos jovens que ainda participam, o que os levam a faltar algumas reuniões ou atividades que são agendadas, geralmente aos sábados. Como ilustração temos o depoimento de *F. 23 anos* que avaliou as ações da Comissão como:

pouco eficazes, sem real capacidade de transformação e divulgação para a juventude (massa). Falta articulação com outras entidades de representação juvenil, um banco de dados com todos os representantes das mesmas para comunicá-los das reuniões e oferecer um “feed back” das ações executadas. Não há um cronograma semestral/anual de atividades, nem um plano de ação pré-estabelecido.”

J. 19 anos afirma ainda que os limites encontrados pela Comissão estão ligados à própria organização dos eventos que ele qualifica como deficitária.

Outra questão apontada implica no fato de ser necessário a Comissão, enquanto uma organização sistemática, trabalhar e representar os diferentes segmentos da Juventude que a compõe. Contudo, além do contato com uma parcela da Juventude e a discussão estabelecida sobre os diferentes espaços que este segmento pode estar inserido, podemos destacar que é necessário que o Poder Público esteja acompanhando as discussões, sobretudo aquelas levantadas pelos jovens de maneira que sejam ouvidos os seus verdadeiros clamores.

3.3.5.1 Estratégias de ação para a Comissão

Os pesquisados apontam algumas estratégias de ação que, por sua vez, consistem:

- na construção de um planejamento estratégico estabelecendo um plano de ação;
- em desenvolver ações que envolvam, sensibilizem e mobilizem a Juventude;
- na resolução das questões legislativas e burocráticas, relacionadas a criação do Conselho.
- em reuniões periódicas para que a Comissão possa realizá-las de maneira mais objetiva a fim de demonstrar maiores e melhores resultados;
- na criação de uma coordenação ou colegiado para a Comissão que encaminhe as atividades propostas;
- na elaboração de um documento que formalize e defina as atribuições dos Membros da Comissão do Conselho;

Assim, baseando-se nas dificuldades citadas nos itens anteriores, os integrantes da Comissão apontam caminhos que fortalecem o seu próprio trabalho no enfrentamento das questões presentes, visualizando seu próprio poder de resolução.

3.3.6 Prioridades no processo de Criação do Conselho Regional de Juventude

A questão mais evidente que apareceu na maioria dos depoimentos dos pesquisados consiste na legalização do Conselho Regional. De acordo com *L. 22 anos* “A legalização do Conselho é o fator mais importante neste momento. Dar a personificação jurídica, através de decreto lei, vai impulsionar e trará veracidade para as ações do Conselho”.

Em contraponto, *C. 23 anos* afirma que a prioridade deve ser:

a criação dos Conselhos Municipais de Juventude. No meu entendimento, não tem sentido ter um Conselho Regional, se nos municípios não houver um conselho também. Desta forma, que está sendo organizado o Conselho, de cima para baixo, ficará difícil de deliberar quem serão os representantes das Juventudes dos municípios no Conselho Regional.

O depoimento mostra a preocupação com a questão das bases, pois entende os Conselhos Municipais como a base e o fundamento para a criação do Conselho Regional. Assim, a partir da visão do jovem, o Conselho Regional se sustentaria com a presença dos diferentes municípios.

Além da prioridade de legalização do Conselho Regional e da criação dos Conselhos Municipais de Juventude, os pesquisados apontam outras questões como:

- A necessidade de uma participação efetiva dos jovens; e
- A conscientização dos Jovens como agentes participativos.

Em vista das prioridades estabelecidas pelos pesquisados, os mesmos apontam no item 3.3.6.2 ações e procedimentos que contemplam a busca pela concretização de tais prioridades.

3.3.6.1 Dificuldades no processo de criação do Conselho Regional de Juventude

Serão pontuadas aqui questões mais específicas que, de acordo com os pesquisados, interferem no processo de criação do Conselho Regional de Juventude. Assim, *A. 23 anos* destaca que houve “muitas reuniões, pouca ênfase no resultado e falta de interferência da juventude no projeto”.

Já *B. 19 anos* informa como principal dificuldade para a criação do Conselho Regional a necessidade de se “ter os conselhos municipais [...] vejo grande dificuldade de município para município, alguns são rurais, tem mais dificuldade para conseguir apoio, etc. Outra dificuldade é a participação voluntária dos conselheiros, a disponibilidade de tempo para ser participante de uma organização tão importante [...]”.

Outro jovem afirma que o processo está

de cabeça para baixo, vem de cima para baixo, não está conseguindo organizar os Conselhos Municipais de Juventude. Desta maneira que está sendo organizado o Conselho Regional, não temos um Conselho autêntico onde os diversos rostos das Juventudes dos municípios fazem-se presente. Eu ainda não vi um representante do Hip Hop nas reuniões! Outra dificuldade na criação do Conselho Regional está na falta de vontade política, onde os legislativos, ouvindo os clamores dos jovens busquem aquilo que eles querem e formem nos municípios os conselhos de juventude e assim posteriormente o Conselho Regional.

A mobilização dos jovens também é uma das dificuldades apontadas por *D. 28 anos* que enfatiza “[...] para que possa haver maior participação, o jovem precisa acreditar que é ele que está construindo e que sem ele todo o processo se acaba”. Enquanto, *E. 20*

anos percebe como dificuldade a própria Comissão: "Muitas vezes no meu ponto de vista falta querer fazer e articular o Conselho em algumas pessoas". Nesse sentido, outras duas dificuldades são apontadas por *L. 22 anos* "a falta de mobilização e a falta de compromisso dos participantes da Comissão Provisória" ele levanta ainda a questão da organização interna da Comissão, afirmando que essa não contribui para que o processo vá em frente. Para *O. 32 anos* existe uma "[...] Falta de habilidade organizacional da Comissão que dificulta o andamento do processo".

Outra questão levantada por *O. 32 anos* implica nas barreiras impostas para o contato com os diferentes grupos e instituições juvenis, afirma que

é necessário que algumas instituições juvenis saiam de seus guetos e percebam o verdadeiro papel da Juventude enquanto cidadão. Existem organismos juvenis que se enclausuram e não percebem o trabalho do próximo a sua volta e que acham que somente suas atividades irão beneficiar a sociedade [...].

Observamos que está implícita na fala de *O. 32 anos* a necessidade de intercâmbio das diversas instâncias e grupos juvenis.

F. 23 anos afirma que para se ter um processo mais organizado e sistematizado precisa de planejamento e a dificuldade que aponta é essa, pois "Planejamento estratégico – nem todos os membros sabem para que serve, de onde veio e para onde vai o conselho. Formular: visão, missão e valores, bem como divulgar seria o primeiro passo". Considera ainda que há falta de intercâmbio de idéias com os Conselhos de outros Estados.

Outro fator que também foi apontado e que interfere no processo de criação do Conselho Regional refere-se à falta de apoio do Poder Público.

3.3.6.2 Procedimentos e ações necessárias para a criação do Conselho Regional de Juventude

A partir dos depoimentos, os procedimentos que a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude deveria realizar a fim de obter efetiva implantação de uma Política Pública de e para a Juventude, consistem em:

- Realizar Seminários nos treze municípios da Região a fim de se estabelecer contatos mais diretos com a Juventude dos diferentes municípios;
- Discutir com os prefeitos e vereadores, de cada município, a necessidade de se ter os Conselhos de Juventude, bem como apresentar a eles a Comissão Provisória;
- Realizar Audiências Públicas, nos municípios envolvidos, para discutir a realidade de cada município e a criação do Conselho Municipal de Juventude a fim de solicitar à Câmara Municipal a criação e a aprovação da Lei que regulariza o Conselho Municipal de Juventude;
- Formalizar o Conselho Regional de Juventude;
- Reunir periodicamente a Juventude em geral para debates;
- Realizar ações de mobilização com a finalidade de articular os municípios e associações de bairro para que as necessidades e anseio dos jovens sejam a esses órgãos apresentadas;
- Realizar Audiências Públicas Regionais, procurando envolver os grêmios estudantis;
- Realizar palestras nas escolas, para que todos os jovens saibam o que é e para que serve o Conselho de Juventude e a Política Pública;

- Organizar uma grande passeata pedindo a aprovação da Lei que regulamenta o Conselho;
- Apoiar o processo de criação dos Conselhos Municipais de Juventude;
- Mobilizar o jovem no sentido de uma maior participação;
- Estabelecer e manter contatos com outros Conselhos;
- Realização de Seminários Municipais para a Discussão das políticas públicas de e para Juventude;
- Levar as discussões e reflexões sobre as políticas públicas de Juventude para dentro dos grupos organizados de jovens, bem como nos Colégios;

Frente a tão importantes contribuições dos integrantes, cabe destacar que o perfil dos mesmos revela características de sujeitos políticos que visam a concretização de espaços públicos para a Juventude na direção de uma política democrática.

3.3.6.3 Sujeitos fundamentais para a Criação dos Conselhos Municipais de Juventude

É necessário pensar a criação dos Conselhos nos Municípios, pois esses Conselhos terão contato direto com os atores/sujeitos políticos envolvidos no âmbito local com a Política Pública de e para Juventude. Desse modo, poderemos então pensar na criação do Conselho Regional de Juventude, pois este deverá ser constituído por representantes dos treze municípios que, neste caso, compõem a 18ª Regional São José/SC.

O quadro a seguir identifica, a partir da visão dos pesquisados, os atores considerados fundamentais no processo de discussão e criação dos Conselhos Municipais de Juventude.

Sujeitos fundamentais	Nº de vezes citado pelos pesquisados
Secretário de Esportes e Juventude	1
Organizações juvenis do município	3
Representante da prefeitura/prefeito	4
Câmara dos vereadores	3
Jovens de diferentes crenças	2
A Juventude	3
Segmento Jovem Empresarial	2
Organizações Não Governamentais	2
Federação de esportes	1
DCE das Universidades	1
Mídia de massa (jornal, tv, rádio)	1
Órgãos públicos	2
Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude	1
Secretário de Educação	1

Assim, verificamos que os integrantes da Comissão consideram necessária a participação tanto da sociedade civil organizada, quanto da esfera governamental.

Com o intuito de abarcar o maior número de jovens nos municípios, não podemos esquecer que alguns espaços são privilegiados para o início das discussões sobre a criação dos Conselhos Regionais de Juventude, são eles: Escolas de Educação Básica, Colégios Estaduais – que contam com a presença dos estudantes de 2º grau, Escolas e Colégios da rede privada de ensino, grupos organizados que realizam práticas esportivas, grupos de jovens de diferentes religiões, grupos de dança e grupos de teatro. Outros espaços para a mobilização e realização dessas discussões consistem nos diferentes movimentos de Juventude presentes no cenário atual, como: o movimento Hip e Hop, o Punk, o Dark, entre outros.

É interessante destacar que cada município da Região tem suas peculiaridades³¹ e, com certeza, nem todos os movimentos juvenis organizados estarão representados no Conselho Municipal, ou presentes nos municípios.

3.3.7 Indicações de Projetos que o Conselho Regional deve priorizar

Quando indagados sobre os principais projetos e ações que o Conselho Regional de Juventude deve priorizar, os pesquisados apontaram para a questão de geração de emprego e renda que está diretamente relacionado ao aumento da renda familiar, outra questão refere-se à Educação conforme afirma *H. 39 anos*

Educação – cobrar dos governantes mais ações que visam melhorar a educação na sua amplitude. Geração de emprego e renda para a juventude. Cobrar dos governantes espaços de participação dos jovens e adolescentes. Trabalhar de forma efetiva a politização da Juventude procurando despertar-lhes a consciência crítica em relação aos seus valores e o que ele representa dentro do processo democrático do país.

A falta de vagas nas Universidades públicas é um dos grandes problemas enfrentados pela juventude, assim, *B. 19 anos* enuncia a priorização de “um projeto de mais oportunidades em universidades públicas para os jovens de classe baixa, que estudaram a vida toda em escolas públicas”.

O. 32 anos aponta que se deve priorizar a formação política do jovem, ele entende que é através da participação política que os jovens conquistarão melhorias para sua categoria e para a sociedade em geral. Nessa direção, *A. 23 anos* enfatiza a questão da conscientização dos jovens: “Podemos dar ênfase na conscientização do jovem em relação à importância da sua atuação na sociedade”.

³¹ Ver APENDICE 2 - perfil dos municípios.

Já *E. 21 anos* acredita que se deve priorizar projetos: “voltados à saúde, a educação e cultura, a política pública para a juventude, a organização e capacitação da juventude dentro de seus bairros em questões sociais”. Nessa direção, *G. 21 anos* e *J. 19 anos* enfatizam a importância de projetos que combatam o uso de drogas e de doenças sexualmente transmissíveis, como também a gravidez precoce.

Enquanto *M. 21 anos*, além de afirmar a importância de projetos que visem a questão ambiental, relembra que devemos nos ater também no: “incentivo dos jovens com mais de 16 anos que já tem direito ao voto, para que tirem seus títulos e elejam seus representantes”.

Porém, *C. 23 anos* considera ser difícil priorizar algo sem que estejam formados os Conselhos Municipais, porque o Conselho Regional deveria atender as demandas vindas dos municípios. O jovem aponta que o Conselho deve: “[...] ter uma visão mais macro, onde se discuta a criação dos Conselhos Municipais, que discuta juntamente com o Governo Estadual, medidas para o desenvolvimento de projetos para a Juventude a ser implantada nos municípios que compõem a Regional”.

Por fim, *L. 22 anos* aponta para a questão do conhecimento regional da Juventude para que se possa trabalhar e saber o que priorizar: “Antes de priorizar uma ação ou outra se deve fazer um mapeamento”. Ele acredita que este mapeamento possibilitaria um maior conhecimento da juventude da região e dos diferentes grupos de jovens, para que a partir disso, seja estabelecido maiores e melhores contatos com a realidade juvenil. Isso implica pensar na realidade local de modo a compreender o espaço onde se vive, para que juntos se possa lutar por uma melhor qualidade de vida. Nesse sentido, *F 23 anos* lembra duas questões que afirma serem importantes: “[...] qualidade de vida e responsabilidade social”.

Portanto, pensar nas comunidades, nos bairros e nos espaços locais é pensar a partir da base, fortalecendo os diferentes grupos para que estes possam agir coletivamente porque é a partir do conhecimento das questões sociais presentes nos bairros e comunidades que se pode pensar no *macro*. Assim, as propostas dos pesquisados a cerca dos Projetos para o Conselho Regional podem ser resumidas na

- Elaboração de Projetos que visem atividades em período extra-escolar para os jovens; que contemplem questões de Saúde (campanhas), Educação, Cultura, Lazer, Cursos profissionalizantes, Prevenção ao uso de drogas e a Criminalidade, Mercado de Trabalho, Violência, Esporte, Qualidade de Vida, Responsabilidade Social, Solidariedade, Inclusão do jovem carente, Ações Voluntárias, Segurança, e Primeiro emprego;
- Elaboração de Projetos que discutam as legislações existentes sobre estágios e direcionadas ao jovem trabalhador; bem como o encaminhamento, aos deputados e prefeitos, desses projetos e de outros que apontem soluções para alguns dos problemas da juventude;
- Luta por espaços culturais, manifestações étnicas, filosóficas, religiosas, questões ambientais, e do transporte.

Através desses pontos levantados pelos pesquisados, que não contemplam certamente todos os problemas das Juventudes, mas que estão ligados à conjuntura Juvenil da contemporaneidade, podemos já estabelecer uma agenda inicial com referência as propostas de projetos apresentados.

4 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AOS CONSELHOS

Pretendemos apresentar aqui algumas considerações referente à possível intervenção profissional dos Assistentes Sociais, discutindo-a no âmbito dos Conselhos de Juventude para, então, realizarmos algumas indicações quanto aos caminhos que podem direcionar para uma efetiva concretização da esfera pública e da participação democrática. Diante do exposto, Yamamoto (1997) destaca que

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (Yamamoto, 1997, p.08).

Ao tratar das conquistas no campo dos direitos sociais a autora enfatiza a instituição dos Conselhos de Políticas e de Direitos, afirma que com a Constituição de 1988 ocorreu uma ampliação dos canais de participação da população, de fiscalização e de gestão de políticas sociais. Yamamoto (1997) ainda chama atenção para a abertura de espaços ocupacionais para o profissional de Serviço Social, principalmente no âmbito dos municípios, assim “cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades, e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frente de trabalho” (id., p.08).

Consideramos que é necessária a inserção nos espaços sócio-ocupacionais que se abrem para o Assistente Social, principalmente aqueles que envolvem os Conselhos, para que se possa pensar na construção efetiva de espaços públicos democráticos. De acordo com Yamamoto (1997, p. 143) “reafirma-se, portanto, o desafio de tornar os espaços de trabalho do Assistente Social, espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade nas decisões que lhes dizem respeito”.

Cabe ao profissional de Serviço Social lutar e evidenciar a necessidade pela publicização nos espaços democráticos, neste caso, especificamente aqueles relacionados aos Conselhos de Juventude.

Para discutir a intervenção dos Assistentes Sociais nos Conselhos, tomaremos como referência o trabalho recente desenvolvido por Alves (2004) onde a autora afirma que no espaço dos Conselhos o Assistente Social têm como objeto de ação a participação social, assim qualifica-se como profissional que “[...] instrumentaliza e dinamiza o processo participativo de acordo com o potencial político dos sujeitos envolvidos nesses processos, viabilizando necessidades imediatas e, a médio e longo prazos, a possibilidade de construir um novo padrão de sociabilidade entre os sujeitos”(id., p.65).

Analisando a realidade da 18ª região – São José/SC e suas especificidades, algumas considerações e propostas podem ser realizadas no sentido de refletir sobre o trabalho do Assistente Social no que se refere à consolidação e a efetivação dos espaços democráticos, dentre eles destacamos os Conselhos de Juventude. No processo de Criação e conseqüentemente no funcionamento dos Conselhos de Juventude consideramos que o Assistente Social pode estar intervindo através de diferentes ações, onde destacamos as ações de **mobilização, de assessoria e capacitação**.

Antes de discutirmos cada uma dessas ações é necessário pontuar que as mesmas estão interligadas, podendo ser realizadas simultaneamente no momento da intervenção onde se fazem complementares. Dessa forma, a **mobilização** pode ser apreendida como ação que estimula os diferentes sujeitos sociais a tornarem-se os protagonistas de sua história ao remetê-los para a esfera pública onde as questões que perpassam seu cotidiano possam ser debatidas e enfrentadas coletivamente. Portanto, a mobilização é uma ação de caráter inicial em qualquer processo participativo. Esta “[...] caracteriza-se por ser o primeiro passo de toda ação essencialmente política e coletiva, é o

alerta, o despertar para uma tomada de posição no contexto social, a etapa inicial do processo de engajamento político” (BIERRENBACH apud ALVES, 2004, p.68).

Cardoso e Maciel (2000) vinculam a prática de mobilização social à ação educativa, afirmando que as mesmas contribuem para viabilizar diferentes projetos profissionais e societários, tanto os que interessam as classes subalternas, quanto aqueles que interessam as classes dominantes. Para Gramsci (apud CARDOSO e MACIEL, 2000, p.144) a mobilização enquanto ação educativa “[...] integra o amplo processo de elaboração de uma ideologia própria desenvolvido por estas classes, como elemento constitutivo de uma nova e superior cultura”. Para o autor a ação educativa é imprescindível para o estabelecimento de novas ideologias que “reformularão as culturas” das classes subalternas no sentido de sua emancipação.

Nesta perspectiva, torna-se cada vez mais urgente a organização das classes subalternas na multiplicidade de instâncias da sociedade civil. Como componentes estão os movimentos sociais populares urbanos e rurais, sindicatos, partidos políticos, associações locais, etc. Estes, autônomos em relação ao Estado e à classe dominante e articulados entre si, são capazes de planejar e levar em frente um outro projeto social, político e cultural comprometido com a construção de novas relações hegemônicas na sociedade e com a superação da condição de submissão das classes subalternas (CARDOSO e MACIEL, 2000).

As *Redes* nos movimentos sociais podem ser consideradas imprescindíveis nas relações de luta e de conquista de espaços, pois são constituídas através de um efetivo estabelecimento de contatos capazes de reverter as condições atuais de submissão e resquícios autoritários presente no cenário brasileiro.

Nesse sentido, Martins (apud ALVES, 2004, p.68) afirma que a mobilização é um processo de grande relevância no trabalho com os diferentes movimentos sociais. A

autora define a mobilização como ato de “sensibilização, desejo e motivação a uma participação qualificada”.

Pela necessidade de sensibilização, o Assistente Social precisa estar qualificado e atualizado, pois através dessa ação que o profissional exercita e demonstra sua “capacidade política de agregar parceiros e adesões a uma agenda comum” (GOMES, 2000, p.170). Esta agenda pode se concretizar tanto na sua relação com os outros conselheiros – quando o Assistente Social integra os Conselhos³² – quanto na sua relação com os jovens no processo de mobilização para a criação dos Conselhos de Juventude.

Tratando-se da mobilização juvenil, os Assistentes Sociais devem incorporar práticas que demonstrem sua empatia com o segmento para que em uma relação de igualdade o profissional possa criar/potencializar o interesse do jovem na constituição dos Conselhos como espaços de participação e de defesa dos seus interesses e direitos. Nesse sentido, Krug (apud ALVES, 2004, p.68) contribui quando identifica no processo de mobilização o “sentido de apoio a determinadas reivindicações, construção de pressão para obtenção de concessões sócio-econômicas, ou mesmo a formulação de partidos políticos, onde a massa se encontre com uma liderança geralmente carismática”.

Assim, a mobilização supõe contato e proximidade com a base, no caso deste trabalho com os municípios e os seus referidos bairros onde estão presentes as massas Juvenis. Acreditamos que para o Assistente Social se aproximar dos jovens, ele precisa conhecer a realidade do município no qual aqueles estão inseridos. Dessa forma, as diversas organizações/entidades juvenis³³ existentes podem ser o ponto de partida para a mobilização juvenil quando se trata da criação dos Conselhos de Juventude, pois têm papel fundamental quando estimulam os jovens para a participação política, concretizando o direito e o dever de participação (DALLARI, 2001).

³² Neste trabalho não temos como objetivo discutir a Assistente Social enquanto conselheiro.

³³ Como demonstramos no APÊNDICE 2 – Perfil dos municípios.

A aproximação e a inserção do Assistente Social nos grupos deve ser acompanhada e assessorada pelos jovens das comunidades. É interessante enfatizar que os grupos existentes nas diferentes realidades já possuem seu espaço de debate, reflexão ou ainda somente de encontro, podendo o profissional se utilizar destes espaços para desenvolver ações de mobilização.

Assim, a intervenção do Assistente Social através da ação de mobilização é perpassada por várias questões: pelo conhecimento e pela interpretação que o profissional tem da realidade; pela sua capacitação técnica e política; pelo poder de agregação que tem diante dos jovens; pela aceitação que os próprios jovens fazem dessa intervenção; pela criação de redes³⁴ nos municípios de maneira a articular os diferentes sujeitos sociais na busca pela garantia e consolidação dos interesses coletivos; e, ainda, pela cultura da apatia e da desmobilização – resquícios da formação sócio-cultural e política brasileira. Tais questões ora impulsionam, ora tensionam a intervenção profissional, desafiando o Assistente Social a estar capacitado teórico-metodológica e técnico-operativamente para tal desafio. Desafio este que nos traz retrocessos ao mesmo tempo em que nos impõe avanços, mas ao ser transformado pela Juventude em sonho comum pode ser superado.

Nesse contexto, a ação de mobilização realizada pelo Assistente Social deve ter como objetivo “[...] alcançar a transformação da realidade, estabelecendo espaços de diálogo, de encontro e de circulação de uma agenda social, criando e montando estratégias de aproximação entre diferentes organizações, em que seja possível constituir sujeitos coletivos capazes de efetivar uma participação qualificada” (ALVES, 2003, p. 69).

³⁴ Segundo Scherer-Warren (1993, p. 09-10) criar redes implica pensar na possibilidade de “integração de diversidade”, distingue-se da idéia de “iniciade totalizadora”. Para a autora a análise em termos de redes dos movimentos implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo.

Com isso, a mobilização juvenil no âmbito municipal é indispensável para que o processo se consolide como democrático e participativo porque é a partir da criação dos Conselhos Municipais que se concretizará o Conselho Regional de Juventude.

Diante desse processo, os sujeitos sociais que nele estão envolvidos e/ou com ele comprometidos são os integrantes da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude. Desta forma – para que todo o processo se firme em diretrizes e referenciais democráticos e participativos capazes de estabelecer: relações de igualdade entre os diferentes sujeitos presentes no segmento juvenil e espaços de negociação entre as diferentes esferas – consideramos que os integrantes da Comissão necessitam estar capacitados técnica e politicamente de modo a exercer uma efetiva representação de sua base na construção de propostas e ações que viabilizem e consolidem os espaços de participação e proposição de Políticas Sociais Públicas de e para Juventude.

Autores como: Raichelis (1998 e 2000); Carvalho (1998) e Yamamoto (1997) também identificam dentro dos conselhos, tanto na sociedade civil quanto na esfera governamental, a falta de preparação/capacitação técnica e política dos conselheiros para o exercício dessa função nos diferentes Conselhos presentes em nosso país. Diante desta realidade, o profissional de Serviço Social pode realizar ações de capacitação voltadas para os conselheiros que ocupam os espaços de proposição e negociação das políticas sociais. Tais ações podem ser viabilizadas pelo Assistente Social através de instrumentos como cursos, oficinas, fóruns, seminários entre outros que possam, por sua vez, remeter os conselheiros – enquanto sujeitos – para a esfera pública de representação e de defesa dos interesses coletivos.

A ação de **capacitação** sócio-política, incorporada como competência/atribuição do Assistente Social que pode ser direcionada primeiramente à Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude e, após a criação e

funcionamento dos Conselhos Regional e Municipais, aos conselheiros que deles farão parte cujo objetivo consiste na instrumentalização para que eles possam se envolver efetivamente com o processo de formulação, gestão e controle das políticas sociais direcionadas ao segmento juvenil. Tal ação possibilita aos conselheiros ter clareza dos assuntos tratados e ter autonomia na tomada de decisões, dificultando que sejam manipulados politicamente contra os interesses que representam.

A intervenção realizada pelos Assistentes Sociais junto aos conselheiros concretiza uma das Atribuições Privativas do Assistente Social presente no Art. 5º inciso X da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão que informa “coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos e Serviço social em entidades públicas ou privados” (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, p.31).

A capacitação técnica e política, exigência básica para uma efetiva negociação entre as esferas (sociedade civil e governo), é perpassada pela necessidade da construção de alianças em torno de pautas coletivas, que transcendem a “realização de interesses particularistas e corporativistas” convocando as diferentes esferas “ao exercício de mediações sociais e políticas para o atendimento de demandas populares” (RAICHELIS, 2000, p. 67).

Outra ação realizada pelo Assistente Social nos espaços dos Conselhos consiste na socialização das informações que se referem aos direitos (sociais, políticos e civis), para Silva (2000, p.114) implica em “uma ação profissional que fortalece o usuário no acesso e no processo de mudança da realidade na qual se insere, na direção da ampliação dos direitos e efetivação da cidadania”. Conforme a autora, os cidadãos não têm acesso suficiente ou domínio do conhecimento sobre seus direitos e sobre os meios de como exercê-los, como resultado eles acabam não acessando tais direitos. Portanto, essa ação é realizada no sentido de fortalecer os cidadãos na conquista e garantia de direitos

positivados, bem como na luta pela incorporação de novos direitos. Aqui, vale ressaltar que a pesquisa de campo revela essa necessidade de fortalecimento da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude no conhecimento e domínio de seus direitos, indicando demandas urgentes nesta direção.

Tais considerações contemplam no Art. 4º em seu inciso V da LEI 8.662/93 que regulamenta a profissão onde informa “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (COLETÂNEA DE LEIS, 2001, P.30).

O Assistente Social pode desenvolver ainda ações de assessoria e consultoria nos Conselhos, tais ações de acordo com Gomes (2000, p.171) são desenvolvidas no sentido de “contribuir com as diversas ações [...]” dentre elas “[...] aquelas de treinamento e capacitação de conselheiros”.

De acordo com Silva (apud ALVES, 2003, p.65-66) a **assessoria**, como proposta viabilizadora do projeto profissional, consiste em:

[...] contribuir efetivamente na organização da população e sua instrumentalização/capacitação, para que ela se converta em agente de seu próprio desenvolvimento. A ação acontece no sentido de identificar e propor alternativas e possibilidades concretas de enfrentamento às questões do cotidiano da luta por direitos. Visa também resgatar e trabalhar os limites da ação, produzir e/ou socializar informações e análises, tendo em vista o encaminhamento de soluções que viabilizem o atendimento de suas demandas, bem como o seu fortalecimento como classe organizada.

Nesse sentido, a assessoria é desenvolvida de modo a instrumentalizar os conselheiros para que estes se façam protagonistas nos espaços onde atuam, apontando caminhos a fim de dar respostas qualificadas quando do enfrentamento de questões presentes no cotidiano dos sujeitos sociais envolvidos em uma coletividade.

Para Bravo e Souza (apud ALVES, 2004, 67) os profissionais que desenvolvem ações de assessoria junto aos conselhos na maioria das vezes estão “vinculados a universidades por meio de projetos de extensão, tornando público, portanto, o conhecimento socialmente produzido e acumulado acerca do controle social e da descentralização”. Assistentes Sociais vinculados ao poder público também realizam a ação da assessoria através do “acompanhamento das questões técnicas, políticas e administrativas do Conselho”.

Alguns saberes devem fazer parte do cotidiano dos conselheiros que ao se apropriarem de conhecimentos relacionados à política micro e macro; ao domínio dos conteúdos político-instrumentais (que atribuem sistematicidade e sustentabilidade legal e legítima), ao funcionamento de estrutura burocrática e governamental; ao conhecimento da realidade societária (dentre elas a Juvenil) desenvolvem um trabalho mais efetivo e eficaz na direção da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, garantindo os direitos eqüitativamente e universalmente como prevê a Constituição de 1988.

Desta forma, vemos a importância da intervenção profissional do Assistente Social nos Conselhos de Juventude e conseqüentemente no fortalecimento das ações dos conselheiros. Esse profissional aparece como peça fundamental para a construção de novas relações na sociedade atual, pois suas ações estão comprometidas com os princípios democráticos, de viabilização de Direitos e de efetivação da Cidadania. Conforme afirma Yamamoto (1997) a tarefa do Assistente Social está firmada na construção coletiva de estratégias de ampliação e enfrentamento dos limites impostos hoje às políticas sociais públicas. No âmbito dos Conselhos, especialmente o da Juventude, o Assistente Social é responsável pela criação de formas de consenso. Assim, o profissional ao viabilizar recursos legais em prol dos interesses da sociedade civil organizada e interferir na gestão e avaliação das políticas, amplia o “[...] acesso a informações a indivíduos sociais para que

possam lutar pela alteração dos rumos da vida em sociedade e nesta interferir” (id., p.70-71).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada década o segmento Juventude se modifica, pois consiste em uma construção social estabelecida a partir das relações sociais em movimento na sociedade. Desse modo, também as formas de manifestação e organização deste segmento vêm se moldando e acompanhando o trajeto das diferentes relações estabelecidas pelo homem em sociedade. A Juventude pode, então, ser apreendida como uma categoria social heterogênea que sofre mudanças cotidianamente.

As diferentes formas de agir dos Jovens diante a questão social, é característica da mudança do foco das tensões e movimentos. De acordo com a história inicialmente eram os universitários e a classe média quem mobilizavam a sociedade, enquanto hoje essa mobilização e inquietação surge mais intensamente através do segmento juvenil da periferia e áreas menos favorecidas que são expressos, muitas vezes, pelo funk, rap, hip-hop, arrastões etc. Desta forma, a possibilidade de construção e abertura de frentes de lutas junto a este segmento se torna mais possível nas comunidades populares e de periferias.

Visualizando a garantia dos direitos da Juventude através do estabelecimento de políticas sociais e do controle social, foi proposto neste trabalho, a discussão e reflexão sobre a inserção da Juventude nos espaços de participação. Espaços estes que apontam para a construção de uma nova sociedade baseada na vontade e nos interesses da coletividade. Ao se pensar na necessidade da participação da Juventude neste processo, os Conselhos de Juventude aparecem como um espaço privilegiado de construção e consolidação da esfera pública, capazes de superar a velha cultura política brasileira.

Assim, os Conselhos de Juventude vêm com a proposta de apontar caminhos mais claros e direcionados na construção de Políticas Públicas planejadas pelos próprios jovens com vistas a atender suas necessidades e reivindicações.

Para a consolidação dos Conselhos de Juventude faz-se necessário que o segmento Juvenil se perceba como sujeito social e político nesta construção. Assim, os Conselhos só serão porta-vozes da Juventude se a mesma se fizer presente nos espaços de discussão de maneira a concretizar sua PARTICIPAÇÃO.

Diante destas e de outras questões, que se coloca a intervenção dos Assistentes Sociais que, direcionada para uma prática política, percebe a Juventude como sujeitos sociais protagonistas no processo de transformação da realidade. Nesse sentido, as possíveis ações profissionais dos Assistentes Sociais, principalmente as de MOBILIZAÇÃO, ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO tornam-se necessárias tanto no processo de criação dos Conselhos de Juventude, quanto em seu pleno funcionamento. Tais ações são estabelecidas em relação com o projeto ético-político profissional que remetem, portanto, a Juventude para uma atuação mais qualificada e com vistas a ampliação da cidadania.

Ao Assistente Social cabe também, mesmo focando sua intervenção para um segmento específico, a luta contra a segregação dos segmentos de modo a garantir a condição universal e equitativa relativas aos direitos sociais, políticos e civis, previstas na Constituição de 1988.

Para tanto, sabendo que este debate não será encerrado aqui e que tais apontamentos precisam ser incorporados nos espaços de produção científica, tentamos realizar algumas contribuições com o intuito de evidenciar alguns subsídios para os diferentes sujeitos sociais que pretendem estar à frente na criação dos Conselhos Municipais e Regional de Juventude, bem como para os Assistentes Sociais que têm nestes espaços um lócus da sua intervenção profissional.

Desta forma, a produção deste trabalho levanta alguns questionamentos: como garantir que os diferentes grupos Juvenís se façam representados nos espaços como os

Conselhos de Juventude? Como garantir a eficiente participação e o controle social pelos representantes nestes espaços? Como garantir que as deliberações dos Conselhos de Juventude sejam colocadas em prática pelo poder executivo? Como mobilizar a sociedade, principalmente a Juventude, no sentido da coletividade na perspectiva da desconstrução das práticas individualistas e competitivas? Como garantir que os fundos e recursos destinados ao segmento Juvenil sejam geridos pelos sujeitos sociais envolvidos nos espaços dos Conselhos de Juventude?

Estes questionamentos salientam a importância dessa discussão, e, a medida em que outros estudos e pesquisas no âmbito da investigação forem realizadas, mais próximos estaremos de avançar em direção à respostas mais qualificadas.

Através deste trabalho podemos identificar questões e realizar alguns apontamentos como: a necessidade de maior capacitação técnico-operativa dos Assistentes Sociais quando da intervenção junto a esses segmentos; a necessidade de capacitação sócio-política da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude; a necessidade dos diferentes sujeitos sociais unirem-se na luta por seus direitos e contra a desresponsabilização do Estado formando redes de apoio e de socialização; e a necessidade, que se impõe tanto aos profissionais como a toda a sociedade, de estar preparado para os desafios que defrontam os sujeitos sociais que lutam na garantia por seus direitos através destes espaços – como os Conselhos.

Assim, a Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude tem a partir desta pesquisa dados concretos que possivelmente podem ser incorporados em suas práticas, visando a constituição de Políticas Públicas de e para Juventude.

Por fim, com a pesquisa apontamos uma importante agenda de trabalho para o Assistente Social que, no âmbito da intervenção, exige um amplo debate entre as diferentes esferas (governo e sociedade civil) no sentido da consolidação de espaços verdadeiramente

democráticos que tenham por perspectiva a participação efetiva dos segmentos envolvidos e a garantia de Direitos e de Cidadania para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W. **Cenas Juvenis: punks e dark's no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994
- ADORNO, S. O Brasil a caminho da colombização? **Revista Caros Amigos**. Edição Especial, Ano VI, número 15. São Paulo: Casa Amarela, novembro de 2002. pp. 11-12.
- ALVES, F. L. **Participação e Gestão Democrática das Políticas Públicas: inserção e os desafios do trabalho do Assistente Social nos Conselhos de saúde. Trabalho de Conclusão de Curso**. Florianópolis: UFSC/DSS, 2004.
- BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. do. **Movimentos Culturais de Juventude. Coleção polêmica**. São Paulo: Moderna, 1990.
- CAMPOS, E. B.; MACIEL, C. A. B. **Conselhos Paritários: o enigma da participação e da construção democrática. Serviço Social e Sociedade**, nº55. São Paulo: Cortez, 1997. pp. 143-155.
- CARDOSO, F. G; MACIEL, M. **Mobilização e práticas educativas. Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Mód. 4. Brasília: UnB/CEAD, 2000. pp.164-172.
- CARMO, P. S. do. **Culturas de rebeldia: a Juventude em questão**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.
- CARVALHO, M do C. A. A. **Participação Social no Brasil de Hoje. PÓLIS: Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais**. São Paulo: PAPERS, 1998.
- CASTRO, Z. M. de B. e. **Uma incursão à formação do Estado de Santa Catarina: suas particularidades em relação ao país e contribuições explicativas ao desenvolvimento de comunidade. Dissertação de mestrado em Serviço Social**. São Paulo: PUC, 1992.
- CECÍLIO, L. C. de O. **Inventando a mudança na Administração Pública: reconstituição e análise de três experiências na Saúde**. Campinas: UNICAMP, 1994.
- DALLARI, D. **Direito de participação. Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 85-114.

DALLARI, D. de A. Estado de direito, Estado legal, Estado democrático. **Revista Caros Amigos**. Edição Especial, Ano VI, número 15. São Paulo: Casa Amarela, novembro de 2002. pp. 24-25.

_____. O que é Participação Política. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984.

DICK, H. H. **Gritos silenciados, mas evidentes**: os jovens construindo juventude na história. São Paulo: Loyola, 2003.

EISENBERG, J.; PROGREBINSCHI, T. Livro dá aulas de Democracia. **Revista Caros Amigos**. Edição Especial, Ano VI, número 15. São Paulo: Casa Amarela, novembro de 2002. pp.16-17.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES. A. L. Os Conselhos de políticas e de Direitos. **Capacitação em Serviço Social e política Social**, Mód. 4. Brasília; UnB/CEAD, 2000. pp.164-172.

GROPPO, L. A. Movimentos estudantis nos anos 1960. **Tese de doutorado em Ciências Sociais**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

HERSCHMANN, M.(org). **Abalando os anos 90**: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco,1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional, 2ªed. São Paulo: Cortez, 1997.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: www.ibge.org.br acesso em: 30/05/2004

IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: março de 2004.

Lei 8.662/93 Regulamentação da profissão de Assistente Social. **Coletâneas de Leis**. Florianópolis: CRESS, 2001.

MARANHÃO, B.(org). **Relatório Preliminar**, 2ª versão. Comissão especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a Juventude. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

KGAKOUTOU, T. Para onde vai a Democracia? **Revista Caros Amigos**. Edição Especial, Ano VI, número 15. São Paulo: Casa Amarela, novembro de 2002. pp. 26-27.

NOVAES, R. Juventude e Religião: marcos geracionais e novas modalidades sicréticas. **SANCHIS, P. (org). Fiéis e Cidadãos – percursos do secretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. pp.181-207.

OLIVEIRA, H. M. J. de. Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações dos gestores em Santa Catarina. **Tese de Doutorado**. São Paulo: PUC, 2001.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

Pastoral da Juventude do Brasil. **Relatório do Seminário Nacional da Pastoral da Juventude do Brasil**. Goiânia, 2003.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego Juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. **Revista Movimento**, nº 1, 2000. pp. 52-72.

RAICHELIS, R. Sistematização: os conselhos de Gestão no contexto internacional. **CARVALHO, M. C. A. A; TEIXEIRA, A.C. (org). Conselhos Gestores de políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2000. pp. 41-57.

_____. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Mod.03. Brasília: UnB/CEAD, 2000. pp.58-70.

_____. **Esfera Pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. **Marcos Sorrentino (coord.) Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. pp. 115-134.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola:, 1993.

SILVA, M. L. L. da. Um novo fazer profissional. **Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Mod. 04. Brasília: UnB/CEAD, 2000. pp.111-124.

SILVA, M. S. da. Conselhos Municipais dos Direitos da criança e do adolescente do médio Vale do Itajaí/SC: O perfil, o conteúdo e os organizadores da agenda. **Dissertação de mestrado em Sociologia Política**. Florianópolis: UFSC/CFH, 2000a.

SOUSA, J.T. P. de. **Reinvenções da Utopia**: a militância política dos jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker, 1999.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de Comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 1987.

ZANETTI, H. **Juventude e Revolução**: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: UnB, 2001.

APÊNDICE 1

orianópolis, 01 de maio de 2004.

Prezados jovens:

Como aluno do curso de Graduação em Serviço Social e participante da comissão provisória do Conselho Regional de Juventude, acredito que os espaços democráticos de discussões da juventude tem uma fundamental importância na construção de uma sociedade mais justa e qualitária.

Desta forma, com os dados do presente questionário objetiva-se obter um conteúdo para escrever, sistematizar e analisar o processo de construção da Comissão Provisória do Conselho Regional de Juventude, e em seguida, refletir sobre alguns pontos importantes que poderão subsidiar a implementação do Conselho de Juventude da 18ª Região, São José/SC. Visando sempre um processo democrático e participativo.

Os resultados da pesquisa serão computados e analisados no Trabalho de Conclusão de Curso, onde desde já os convido a apreciar sua versão final. Assim, para que possamos viabilizar a realização desta pesquisa, solicitamos que dedique um pouco de seu tempo na dissertação do questionário em anexo.

Agradecemos antecipadamente sua participação e disponibilidade, e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

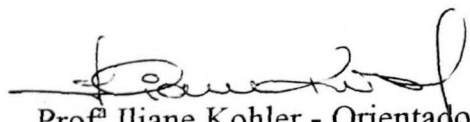
Deidvid de Abreu

Deidvid de Abreu

Acadêmico de Serviço Social – UFSC

e-mail: deidvid@hotmail.com

Fone: (48) 234 8797 / 262 0719 / 9117 2758



Profª Iliane Kohler - Orientadora

Departamento de Serviço Social – UFSC

Fone: (48) 331 6525

Universidade Federal de Santa Catarina
Curso de Graduação em Serviço Social
Trabalho de Conclusão de Curso
Tema: A participação da Juventude no processo de implantação de
Políticas Públicas de e para Juventude.

Dados de Identificação do pesquisado

Nome completo: _____

Idade: _____ **Escolaridade:** _____

Organização/Instituição que representa: _____

Município que representa: _____

Questionário

- 1- Justifique o por que de sua participação na comissão provisória do Conselho Regional de Juventude.
- 2- Como você qualifica sua participação na comissão provisória do Conselho de Juventude?
- 3- Na sua opinião, por que é necessário que a juventude decida e delibere políticas públicas de e para a juventude?
- 4- Na sua opinião, quais seriam as questões fundamentais a serem consideradas na formulação de políticas públicas de e para a Juventude na Região?
- 5- Como você avalia as ações que a comissão provisória do Conselho Regional de Juventude vem realizando no processo de criação do Conselho Regional de Juventude? Cite três ações que você avalia como positivas e três negativas. Comente-as.
- 6- Na sua opinião, o que deve ser priorizado no processo de criação do Conselho Regional de Juventude?
- 7- Cite 3 (três) dificuldades que na sua opinião interferem na criação do Conselho Regional de Juventude? Comente-as.
- 8- Na sua opinião, a sua representação na comissão provisória do Conselho Regional de Juventude tem apoio no seu município de origem? Se sim, comente sua resposta. Se não, comente os motivos e cite três sugestões para conquistar o apoio.
- 9- Na sua opinião, quais os principais projetos que o Conselho Regional de Juventude deve priorizar?
- 10- Na sua opinião, quais os procedimentos que deveriam ser realizados pela comissão provisória do Conselho Regional de Juventude, para uma efetiva implantação da Política Pública de e para juventude?
- 11- Na sua opinião, quem não poderia faltar no processo de discussão e de criação do Conselho Municipal de Juventude no seu município?

APÊNDICE 2

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Total da população, população jovem e índice de alfabetização.

Municípios	População Total (IBGE - 2000)	População Jovem 15 a 24 anos (IBGE – 2000)	População Jovem 15 a 24 anos em % (IBGE – 2000)	Taxa de alfabetização População Total (%)
Florianópolis	342.315	69.989	20,44	96,7
São José	173.559	34.963	20,14	95,9
Palhoça	102.742	19.940	19,40	94,2
Biguaçu	48.077	9.322	19,39	93,2
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	2.937	18,69	93,6
Governador Celso Ramos	11.598	2.108	18,17	90,9
Antônio Carlos	6.434	1.187	18,44	94
Angelina	5.776	1.067	18,47	88,3

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Total da população, população jovem e índice de alfabetização

Municípios	População Total (IBGE - 2000)	População Jovem 15 a 24 anos (IBGE – 2000)	População Jovem 15 a 24 anos em % (IBGE – 2000)	Taxa de alfabetização População Total (%)
São Pedro de Alcântara	3.584	581	16,21	91,3
Anitápolis	3.234	553	17,09	87,4
Águas Mornas	5.390	929	17,23	91,9
São Bonifácio	3.218	515	16	94,3
Rancho Queimado	2.637	432	16,38	87,8

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Florianópolis	Florianópolis recebeu este nome no ano de 1893 em homenagem a Floriano Peixoto. A cidade colonizada pelos açorianos mesmo com toda sua infra-estrutura de capital do estado, ainda guarda traços de seus colonizadores, no idioma, na religião, nos costumes, trazendo à pesca como fundamental para a subsistência familiar. Atualmente Florianópolis é ocupada por pessoas dos diferentes municípios de Santa Catarina e de outros estados, que vem a procura de melhores condições de vida.	Comércio, Prestação de serviços públicos, Construção Civil, Turismo, Indústria de Transformação.	Grupos de Jovens religiosos dentre eles os da Pastoral da Juventude, Igreja Luterana, Adventista. Oficina da Vida, JPSDB, JPL, JPMDB, JPC do B, JPSB, JPSTU, JPPS, JPP, JPFL, JPT, JPV, JPTB
São José	São José recebeu este nome em 1833. O município teve um acelerado crescimento urbano e econômico, considerado atualmente um município em franco desenvolvimento. Colonizado por Açorianos, o povo tem mantido costumes e hábitos herdados de seus colonizadores.	Indústrias Comércio	Grupos de Jovens religiosos (Pastoral da Juventude) , Grupo “ECOS” – Defesa do Meio ambiente, JPSDB, JPPS, JPP, JPT, Escoteiros São José da Terra Firme, Grêmio Estudantil - E.E.B. Francisco Tolentino, Movimento Estudantil.

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Palhoça	<p>O município de Palhoça foi desmembrado de São José no ano de 1894. É um município que está se desenvolvendo aceleradamente, principalmente pela criação de indústrias. A colonização do município é Açoriana, o que traz consigo marcas: religiosas, culturais, políticas.</p>	Prestação de serviços Comércio Indústrias	JPSDB, JPT, Grupo de Dança Folclórica, grupos de jovens religiosos (Pastoral da Juventude), Grêmios Estudantil, Rádio comunitária Jovem (Colégio Ivo Silveira)
Biguaçu	<p>O município teve como principal descendência a Açoriana, e sua povoação iniciou-se pelo bairro de São Miguel, assim, Biguaçu foi emancipado no ano de 1833. A evolução social dos habitantes de Biguaçu e São Miguel processou-se paralelamente ao movimento católico da região. As igrejas e capelas foram sempre o centro da vida social dos povoadores que ali se reuniam. Hoje Biguaçu é a quarta maior cidade da 18ª Região, destacando-se nos últimos anos em seu crescimento.</p>	Agricultura Turismo Comércio	Grupos de jovens religiosos (Pastoral da Juventude), Apremabi – Associação de Preservação do Meio ambiente, JPSDB, JPT, Grêmios Estudantis, Grupo Cultural ARCOS – Dança Açoriana, Grupo de Capoeira AÚ.

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Santo Amaro da Imperatriz	A colonização de Santo Amaro está ligada à descoberta da fonte de águas termais. Colonizada por Alemães e Açorianos, seu ano de fundação é de 1958. A cidade traço vivo das culturas Açorianas e Alemãs, principalmente nas manifestações religiosas.	Turismo de saúde (Águas Termais) Agricultura	Grupo de cantoria do Divino, Grupos de jovens religiosos (Pastoral da juventude, igreja Luterana), Grêmio Estudantil.
Governador Celso Ramos	Os primeiros imigrantes vindos das ilhas dos Açores e da Madeira, chegaram no município por volta de 1745, onde atraídos pela pesca da baleia por aqui se instalaram. A emancipação da antiga Ganchos, hoje Governador Celso Ramos, deu-se por volta de 1963. A cidade ainda preserva suas crenças e suas tradições, onde podemos destacar a famosa e polêmica Farra do boi. Povo simples, basicamente formado por pescadores, que pouco se envolve com questões políticas mais abrangentes. Como outros municípios pequenos, a política municipal quase sempre é coordenada por dois partidos, onde predominam as coligações entre o PFL e PP, e, PMDB e PSDB.	Atividade Pesqueira Agricultura de subsistência Turismo	Grupos de jovens religiosos (Pastoral da Juventude), Igreja Presbiteriana).

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Antônio Carlos	O município de Antônio Carlos foi criado pela lei estadual 928 de 06/11/1963. De sua descendência Alemã, herdou um povo trabalhador que basicamente vive da terra como meio de subsistência, assim 80% da renda bruta do município vem dos plantios.	Hortifrutigranjeiros	Grupos de jovens religiosos.
Angelina	A Fundação de Angelina se deu no ano de 1860. O município é de descendência Alemã e é considerado parte importante no círculo religioso de Santa Catarina.	Agricultura Turismo religioso	Grupos de jovens religiosos, Grupo de Dança Folclórica.

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
São Pedro de Alcântara	São Pedro de Alcântara é o núcleo Catarinense de colonização Alemã mais antigo do Estado, o município mantém a tradição de povo ordeiro e trabalhador. Fundada em 1829 só emancipou-se no ano 1997, além dos colonizadores Alemães, São Pedro de Alcântara tem muitos descendentes luso-açorianos que também colonizaram o lugar.	Agricultura	Grupos de jovens religiosos, Grupo de Teatro e Cultura.
Anitápolis	O município de Anitápolis foi criado e fundado no ano de 1961. A população é constituída, em sua maioria, por descendentes europeus, tendo como principais os de origem Alemã.	Agricultura Pecuária	Grupos de jovens religiosos, Grupo de Dança Folclórica Alemã

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Águas Mornas	No ano de 1960 as primeiras famílias Alemãs chegavam nas terras de Águas Mornas, ainda nomeadas de Teresópolis, e, só por volta de 1961 foi criado o município de Águas Mornas.	Agricultura Exploração das Águas Termais	Grupo de Dança Folclórica Santa Isabel, Grupos de Jovens religiosos
São Bonifácio	Sua colonização iniciou-se no ano de 1864, e por volta de 1962 foi emancipado. Seus colonizadores são de origem Alemã. A principal religião dos habitantes é a Católica.	Agricultura	Grupos de jovens religiosos, Grupo de Dança Alemã, Grupo de Teatro.

Perfil dos municípios da 18ª Região – São José

Contexto sócio, histórico e cultural, Base econômica e Principais Organizações Juvenis

Municípios	Contexto sócio, histórico e cultural	Base econômica	Principais Organizações Juvenis
Rancho Queimado	Rancho Queimado foi emancipado no ano de 1962, foi colonizado por Alemães e seu povo se mantém basicamente na produção agropecuária.	Agricultura Agropecuária	Grupos de jovens religiosos, Grupo Folclórico de Dança Alemã, Coral.

Sobre o povo e a colonização Açoriana:

A colonização Açoriana no estado de Santa Catarina segundo Cardoso e Ianni (1960 apud CASTRO, 1992, p.21) assumiu “[...] formas específicas de desenvolvimento, que irão diferenciar das outras áreas do Brasil: sua função econômica não atenderá ao sentido geral de colonização tropical do país, que se realizou voltada para a exploração de seus recursos naturais, em proveito do comércio europeu”.

Os colonos açorianos e suas famílias fixaram-se nas “sesmarias”, pequenas propriedades rurais que constituíram, originalmente, a base econômica da sociedade litorânea de Santa Catarina. (HERING apud CASTRO, 1992, p.25)

A vinda do contingente açoriano não só veio aumentar a população do litoral, até então quase insignificante, como deu a Santa Catarina linhas definitivas à sua organização social e firmou as tradições lusitanas da nossa terra, no idioma, na religião e nos costumes.(CABRAL apud CASTRO, 1992)

Os colonizadores engendraram um sistema de produção baseado no minifúndio, voltado para a agricultura de subsistência, pela pesca e progressivamente pela indústria rural e pelo comércio. Segundo Prado (apud CASTRO, 1992, p.27) a colonização açoriana [...] deu origem a uma sociedade mais homogênea, menos hierarquizada, e como tal propícia a relações sociais mais igualitárias, menos marcadas pelas contradições das classes sociais [...]”.

A vida cotidiana do açoriano era “comunitária”. A produção da vida material se fazia através de relações de cooperação. Conforme Cabral (1970 apud CASTRO, 1992, p.30) os açorianos “[...] eram amáveis, generosos, sociáveis e hospitaleiros”. A religião estava presente em todos os acontecimentos da vida local, onde “A Igreja era a principal autoridade. A Igreja falava mais alto, mais alto que tudo [...]” (CASCAES 1981 apud CASTRO, 1992, p.30)

As manifestações políticas também faziam parte do cotidiano das populações açorianas. Envolviam-se fortemente na vida política local: famílias inteiras se uniam e se desuniam em função de suas opções políticas. (CASTRO,1992, p.31)

Sobre o povo e colonização Alemã:

Foram os colonizadores Alemães que estruturam e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil. Segundo CASTRO (1992) eles constituíram “o agente original do trabalho livre”, transportando para o Brasil “modelos de desenvolvimento auto-sustentado, característicos das economias capitalistas integradas” e transferiram à população rural e urbana “expectativas e padrões de consumo, típicos de uma sociedade moderna e democrática”. Culturalmente, introduziram no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir, “requeridas pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade”, absorvidas nas metrópoles européias. (CASTRO, 1992, p.53)

“O desmatamento e a agricultura de subsistência, a exploração agrícola a paralelamente o beneficiamento doméstico da produção e a exploração de excedentes, também, deram sustentação à organização econômica e social da colonização Alemã em Santa Catarina”. (HERING 1987 apud CASTRO, 1992, p.62)

Para a produção agrícola (e também mais tarde para a produção industrial) o imigrante alemão não se isolava no trabalho individual, ele se valia da “cooperação doméstica” e do comportamento para aumentar a produtividade e gerar e comercializar produtos excedentes. (CASTRO, 1992, p.64)

Os colonos alemães eram em sua terra de origem, trabalhadores do campo, ou pequenos proprietários, e como tal, não contavam com recursos materiais, nem condições de trabalho para se instalarem com grandes empresas agrícolas. Sem fortunas, tendo na família a força de trabalho de suas pequenas propriedades, não abriam espaços para acentuados distanciamentos sociais entre eles. A colonização alemã apontava originalmente para uma estrutura social mais igualitária, onde todos trabalhavam a terra, tendo como única posse a pequena propriedade. O autor identifica entre os colonos alemães uma vivência comunitária associativa e solidária, assim, era comum entre eles a associação através de cooperativas. . (CASTRO, 1992, p.75)

ANEXO 1



jornal: **VIP-Vitrine Popular**
data: **08 a 14 de agosto/03**
página: **05**
editoria: **Geral**
cidade: **Sto. Amaro da Imperatriz**

1º FÓRUM REGIONAL DE JUVENTUDE

Secretaria Regional reúne lideranças juvenis da Grande Florianópolis

No próximo sábado, dia 9 de agosto, estudantes e jovens dos 13 municípios da Grande Florianópolis irão se reunir no 1º Fórum Regional de Juventude. Promovido pela Assessoria para Juventude da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, o Fórum pretende estimular a criação dos Conselhos Municipais de Juventude.

Através dos Conselhos Municipais as associações de jovens terão um respaldo maior na discussão e implementação das políticas para juventude. Entre as funções dos Conselhos está a de sugerir à administração municipal ações voltadas ao público jovem, auxiliar o poder executivo na promoção e execução de projetos e programas, fiscalizar o cumprimento da legislação voltada aos direitos da juventude e buscar recursos para

a implementação das políticas públicas para os jovens. "Com a implantação dos Conselhos Municipais as associações juvenis irão conquistar maior força em suas reivindicações. Há muitas entidades neste segmento, mas que atuam de forma isolada porque não existe um elo de ligação entre elas", destaca Inocência de Lima, assessor para juventude da Secretaria Regional.

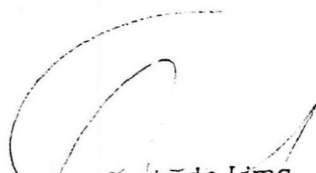
ROTEIRO

Evento: 1º Fórum Regional de Juventude
Data: 09 de agosto
Horário: Das 8 às 16 horas
Local: Auditório da Catedral Metropolitana, Praça XV de Novembro, Florianópolis.
Contatos: Secretaria Regional da Grande Florianópolis - 240.9966
Assessoria para Juventude - 9902.0438

Amaro José da Silva Jr.
18ª Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Regional
Desenvolvimento Social e Meio Ambiente

Inocência de Lima
18ª Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Regional
Assessor para Juventude

JOVENS • Estudantes e jovens dos 13 municípios da Grande Florianópolis tem reunião hoje no 1º Fórum Regional de Juventude, promovido pela Assessoria para Juventude da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis com o objetivo de estimular a criação dos Conselhos Municipais de Juventude. O encontro acontece das 9 às 16 horas, no auditório da Catedral Metropolitana, na praça 15 de Novembro.



Inocêncio de Lima
18ª Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Regional
Assessor para Juventude



jornal: **Diário Catarinense**
data: **11/08/03**
página: **24**
editoria: **Santa Catarina**
cidade: **Florianópolis**

ENCONTRO

Jovens vão criar conselhos

JEFERSON BERTOLINI

Um encontro de jovens realizado na Capital, no fim de semana, deu início às tratativas para a criação dos Conselhos Municipais da Juventude em Santa Catarina, que objetivam intervir junto às prefeituras e às demais esferas do governo em busca de políticas dirigidas.

A criação desses grupos consta no plano de descentralização do governo do Estado.

O consultor para Assuntos da Juventude da Secretaria de Estado da Casa Civil, Edilberto Ferreira, disse durante a reunião que os conselhos darão aos jovens representatividade. "O jovem não tem um espaço definido porque não existe uma política criada exclusivamente criada para ele".

O assessor de Assuntos para Juventude da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Inocêncio de Lima, acredita que os jovens terão "voz ativa" com a criação dos conselhos.

"Vamos formar os conselhos com associações juvenis como a Pastoral da Juven-

tude e o Movimento Estudantil". Os 13 municípios que formam a Grande Florianópolis devem ser os primeiros do Estado a ter os conselhos.

No sábado, durante a reunião, representantes dessas cidades formaram uma comissão com a responsabilidade de acompanhar o processo de implantação, que entre outros pontos precisa da votação nas câmaras de vereadores.

País tem 40 milhões de jovens

Lutar por uma política do gênero é uma das bandeiras dos conselhos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem 40 milhões de jovens no Brasil; os dados mostram que representam 40% da população economicamente ativa. "A juventude sofre com os mais altos índices de desemprego", acrescenta Inocêncio de Lima.

Não existem prazos definidos para a implantação dos conselhos, nem um regimento que determine quantas pessoas ou associações os formarão.



jornal: **A N Capital**
data: **11/08/03**
página: **03**
editoria: **Política**
cidade: **Joinville**

Definição de políticas públicas envolve jovens

A Secretaria de Desenvolvimento Regional de São José está estimulando a criação de conselhos municipais da juventude nos 13 municípios de sua abrangência. A idéia é reunir num só fórum os diversos grupos e entidades que contem com a participação de jovens na região. Um mapeamento preliminar feito pela SDR mostra que somente a Pastoral da Juventude da Igreja Católica reúne 114 grupos de jovens na Grande Florianópolis, cada um com média de 15 a 30 componentes. Há ainda participantes em organizações não-governamentais (ONGs), entidades, movimentos estudantis, religiosos e partidários.

O assessor para a Juventude da SDR, Inocêncio de Lima, reuniu pelo menos cem jovens num encontro para discutir a formação dos conselhos, na manhã de sábado. "A idéia é reorganizar os vários grupos de forma a tornar


mais fácil suas reivindicações e participação na definição de políticas públicas", argumenta Lima. O cargo do assessor é novo na estrutura do Estado e foi criado na reforma administrativa do governo estadual. "É mais fácil apresentar projetos e receber financiamento para atividades assim do que em grupos isolados", considera.

COMISSÃO

Os conselhos terão de ser apresentados aos vereadores de cada município para que sua criação seja prevista num projeto de lei. Uma comissão para atuar junto à assessoria para a juventude da SDR também foi formada no encontro. "Os que atuam em movimentos partidários têm mais acesso ao funcionamento do poder público, mas os demais estão mais distantes. A idéia é aproximar", finaliza Lima.

Juventude

No próximo sábado, estudantes e jovens dos 13 municípios da Grande Florianópolis vão se reunir no 1º Fórum Regional de Juventude, promovido pela Assessoria para Juventude da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. O objetivo é estimular a criação dos conselhos municipais de juventude, que poderiam ter uma influência maior na discussão e implementação das políticas públicas para o segmento. Entre as funções dos conselhos está a de sugerir à administração municipal ações voltadas ao público jovem, auxiliar o Poder Executivo na promoção e execução de projetos e programas, fiscalizar o cumprimento da legislação voltada aos direitos da juventude e buscar recursos para a implementação das políticas públicas para os jovens. "Com a implantação dos Conselhos Municipais as associações juvenis terão uma força maior em suas reivindicações. Há muitas entidades neste segmento que atuam de forma isolada porque não existe um elo de ligação", destaca Inocêncio de Lima, assessor para juventude da Secretaria Regional.


Inocêncio de Lima
18ª Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Regional
Assessor para Juventude